A União

DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE

DIVISÃO DE IMPRENSA OFICIAL

ANO LIV — N.º 232

João Pessoa — Paraíba

Sábado, 19 de outubro de 1946

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. DR. JOSÉ GOMES DA SILVA

ATOS DO INTERVENTOR FEDERAL

DECRETO-LEI N.º 877, de 18 de outubro de 1946

Abre ao Título I — Governo do Estado — Capítulo I.º — Interventoria Federal, o crédito suplementar de Cr\$ 80.000,00.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DA PARAÍBA, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica aberto ao Título I — Governo do Estado, o crédito de oitenta mil cruzeiros (Cr\$ 80.000,00), suplementar a dotações constantes do decreto-lei n.º 760, de 29 de novembro de 1945, assim distribuídos:

Capítulo I.º — INTERVENTORIA FEDERAL

1.02 — Secretaria da Interventoria	
8.0.2.4. — Despesas Diversas	
49 — Receções oficiais	Cr\$ 40.000,00
1.03 — Encargos Diversos	
8.9.9.4. — Despesas Diversas	
42 — Contribuição e encargos diversos	
b) Eventuais	Cr\$ 40.000,00
	Cr\$ 80.000,00

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

João Pessoa, 18 de outubro de 1946; 58.º da Proclamação de República.

JOSÉ GOMES DA SILVA
José Fernandes de Lima

EXPEDIENTE DO INTEVENTOR FERERAL DO DIA 17

Proposta de contrato — A Secretaria da Agricultura — Maria Gisela Moreira de Melo — Datilógrafo — Cr\$ 400,00 — Escola de Agronomia do Nordeste. Prazo: De 1º 10. 46 até 31 12. 46. Aprovo (as.) — José Gomes da Silva

Petições:

De Maria do Carmo de Araújo Lima professora classe C, requerendo licença para tratamento de saúde — Concedo 30 dias de licença, com os vencimentos, na forma da lei, á vista do parecer.

De Honorino de Freitas Feitosa, extranumerário mensalista, requerendo no mesmo sentido. Concedo 30 dias de licença, com o sa-

lário a partir de 2 10 46, na forma da lei, á vista do parecer.

De Ivone Marie Jubert extranumerário mensalista requerendo no mesmo sentido — Concedo 60 dias de licença, com o salário, a partir de 23 9 46, na forma da lei, á vista do parecer.

De Herminio de Arrude Camara, extranumerário diarista, requerendo no mesmo sentido. — Indeferido á vista do laudo e parecer.

De Firmino Francisco de Oliveira, extranumerário diarista, com regalias de funcionário, requerendo no mesmo sentido. — Indeferido á vista do laudo e parecer.

De Clovis Leocadio de Araújo, extranumerário diarista, requerendo no mesmo sentido. — Concedo 20 dias de licença, com o sa-

DIVISÃO DE IMPRENSA OFICIAL

Será exposta hoje á venda a Coleção de Leis de 1943 — Revista do Fôro n.º 60 e Revista do Instituto Historico

Será exposta, hoje, á venda a Coleção de Leis de 1943, editada pelo Departamento de Publicidade nas oficinas da Divisão de Imprensa Oficial.

Com esse trabalho, vem sendo atualizada a publicação das coleções de leis, achando-se quasi pronta a de 1944 e no início de composição a de 1945.

Revista do Fôro n.º 60, supervisionada pelo presidente do Tribunal de Justiça, está com a sua composição bastante adiantada, encerrando essa edição o ano de 1943.

Tambem nas oficinas da Divisão de Imprensa Oficial se encontra na fase de impressão a Revista do Instituto Histórico.

A confecção dos trabalhos acima vem se desenvolvendo á medida que são atendidas as requisições solicitadas pelas Repartições estaduais ao Departamento de Publicidade.

lário, na forma da lei, á vista do parecer.

De Genival Soares Moreira, extranumerário diarista, requerendo no mesmo sentido. — Concedo 45 dias de licença, com o desconto de 20% do salário, na forma da lei, á vista do parecer.

De Edith Marques Alves, extranumerário contratado, requerendo no mesmo sentido. — Concedo 30 dias de licença, com o salário,

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Concurso para o cargo de professor Catedrático de Direito Civil

No Diario Oficial de Pernambuco está sendo publicado edital para inscrição no concurso para o cargo de professor catedrático de Direito Civil da Faculdade de Direito do Recife.

O prazo de inscrição é de 10 do corrente a 10 de abril de 1947.

A respeito, o sr. Interventor Federal, dr. José Gomes, recebeu comunicação do prof. Genaro Guimarães, Diretor da Faculdade de Direito do Recife.

a partir de 1 10 46, na forma da lei, á vista do parecer.

De João Martins do Nascimento, guarda civil, classe B, requerendo prorrogação de licença. — Concedo 20 dias de licença, em prorrogação, com os vencimentos, a partir de 22 9 46, na forma da lei, á vista do parecer.

De José de Santana da Silva, extranumerário diarista, requerendo no mesmo sentido. — Concedo 60 dias de licença, em prorrogação, com o desconto de 20% do salário, a partir de 25 9 46, na forma da lei, á vista do parecer.

Decretos:

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas, resolve dispensar, a pedido, o extranumerário contratado do Itacema Lira das funções de Contabilista Auxiliar, lo-

Edição de hoje: - 16 páginas

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE

DIRETOR GERAL

JOSÉ DE CERQUEIRA ROCHA

A UNIÃO

Gerente

Chefe de Serviço

MARDOKÉO NACRE

SEVERINO M. DE MELO

Impresso nas oficinas da DIVISÃO DE IMPRENSA OFICIAL

PRAÇA JOÃO PESSOA

ASSINATURAS

Repartições e particulares		Funcionários	
Annual	Cr\$ 69,00	Annual	Cr\$ 36,00
Semestre	Cr\$ 40,60	Semestre	Cr\$ 21,00

PUBLICIDADE

1 pagina, por vez	Cr\$ 400,00	Centimetro de coluna	Cr\$ 4,00
1/2 pagina, por vez	Cr\$ 200,00	Editais, por centimetro	Cr\$ 2,40
1/4 pagina, por vez	Cr\$ 100,00	Numero avulso	Cr\$ 0,40

A materia constante do expediente do Governo, das Secretarias de Estado e das Repartições publicas deverá ser endereçada á redação da A UNIÃO.

Os avisos e editais, balancetes dos bancos e os anuncios constituem materia a ser entregue á Gerencia, para o respectivo contrato de publicidade.

As repartições publicas deverão remeter o expediente até ás 17,30 e, aos sábados, até ás 14 horas.

Os originais deverão ser autenticados. As rasuras e emendas deverão vir, sempre, ressalvadas por quem do direito. Os originais devem ser datilografados, evitando-se escrever no verso.

A materia paga terá seu recebimento das 11,30 ás 17,30, e aos sábados, das 8 ás 12 horas.

As reclamações, constatada a existência de erros ou omissões pertinentes á

tado no Serviço de Assistência Social.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso V, do decreto-lei Federal, nº 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por á disposição da Secretaria do Interior e Segurança Publica, Durwal Cabral de Almeida e Albuquerque, Diretor da Divisão de Organização e Orçamento do Departamento do Serviço Pu-

blico, até ulterior deliberação.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso V, do decreto-lei Federal, nº 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve por á disposição do Governo o 1º Tenente do S.S da Força Policial Ednaldo de Luna Pedrosa a fim de tratar de interesse administrativos da Legião Brasileira de Assistência, na Capital Federal.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DO ESTADO

127.ª Sessão Ordinária do dia 18 de outubro de 1946:

Sob a presidência do conselheiro Oswaldo Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, secretariado pelo senhor João Araujo Dias, com a presença e parte ativa nos trabalhos dos conselheiros drs. Severino Ayres, Romulo Rangel e João Lelis, realizou-se ontem a 127.ª sessão ordinária do Conselho Administrativo do Estado

Lida a ata da reunião anterior, é aprovada sem restrições

Expediente á Distribuição: — Foram distribuidos os processos de decretos-leis da Interventoria Federal, abrindo á Secretaria de Educação e Saude o crédito suplementar de Cr\$ 40.000,00; da Prefeitura de Patos, autorizando a-tuella Comuna a fazer doa-

ção de um terreno para a construção de um prédio destinado á sede do Aéro Clube daquele Municipio; de Cajazeiras, dando nova nomenclatura á Praça Mãe Aninha, e dando o nome de Cel. Sabino Rolim ao largo que fica entre duas ruas daquela Cidade; de Princesa Isabel, orçando a Receita e fixando a Despesa para o exercicio de 1947 — Ao dr. Severino Ayres, da Interventoria Federal, elevando padrão de cargo; de Cajazeiras, prestando homenagem á memoria do Engº. Adriano Brocos, dando o seu nome ao Pavilhão para Tuberculosos, anexo ao Hospital Regional daquela Cidade; de S. João do Cariri, abrindo á Tesouraria daquela Prefeitura, o crédito suplementar de Cr\$ 5.000,00 a uma verba do or-

camento vigente; de Umbuzeiro, orçando a Receita e fixando a Despesa para o exercicio de 1947 — Ao dr. João Lelis, da Interventoria Federal, reorganizando a Repartição de Saneamento de João Pessoa e abrindo á Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Publicas o crédito especial de Cr\$ 150.000,00, para as despesas no corrente exercicio, do Acordo firmado com a CBAR; da Prefeitura de Pilar, orçando a Receita e fixando a Despesa para o exercicio financeiro de 1947; de Pombal, criando feira na localidade "Varzea Comprida" — Ao dr. Romulo Rangel.

Pareceres á Publicação: — Foram lidos pelos respectivos relatores e mandados á publicação os pareceres ns 249, 250, 251 e 252, aos projéto de decretos-leis: da Prefeitura de Mamanguape, dando denominação a duas ruas daquela cidade; de Umbuzeiro, criando feira no povoado "Boa Vista", daquele Municipio e dando outras providências — Relator dr. Romulo Rangel; da Prefeitura desta capital, transferindo por doação á Sociedade "Deus e Humanidade" um terreno á rua Indio Piragibe, desta capital; de Serraria, anulando saldos de dotações orçamentarias e abrindo crédito especial — Relator dr. Severino Ayres.

Ordem do Dia: — Foram discutidos e aprovados os pareceres ns. 233, 234, 235, 236 e 237, aos projéto de decre-

materia divulgada, deverão ser formuladas á Redação da UNIÃO, das 14 ás 17,30 e, aos sábados, das 8 ás 12 horas.

As assinaturas podem ser tomadas em qualquer época do ano, por semestre ou ano, terminando no ultimo dia do mês em que vencerem.

As repartições publicas se cingirão ás assinaturas anuais, renovadas pelo órgão competente, até 31 de dezembro.

Os cheques ou vales postais deverão ser emitidos em favor do Tesoureiro da A UNIÃO.

Para quaisquer informações sobre materia de serviço, poderá ser utilizado o seguinte telefone:

Diretoria — 1211

O único cobrador autorizado deste jornal, no interior do Estado, é o sr. Silvano Rocha.

Endereço telegrafico IMPRENSOF.

tos-leis: da Prefeitura de Campina Grande, criando o cargo no quadro de pessoal fixo e dando outras providências; da Interventoria Federal, abrindo á Secretaria das Finanças o crédito suplementar de Cr\$ 30.000,00; da Prefeitura de Teixeira, abrindo o crédito suplementar de Cr\$ 3.500,00 a diversas verbas do orçamento em vigor; de Alagoa Nova, reajustando os vencimentos dos funcionários do Quadro Fixo daquela edilidade; e de Ibiapopolis, anulando saldo de verba e abrindo o crédito suplementar. Ainda foram aprovados os pareceres ns. 230 e 232, ás Prestações de Contas das Prefeituras de Princesa Isabel e Alagoa Grande, referentes ao exercicio de 1945.

E nada mais havendo a tratar, é encerrada a sessão, tendo o senhor Presidente marcado nova reunião para o dia 21 do corrente, á hora regimental.

João Araujo Dias — Secretario.

PARECER N.º 249 — Prefeitura de Mamanguape: — O prefeito de Mamanguape deseja prestar uma homenagem á memoria do cidadão OTON TOSCANO BARRETO, ex-Prefeito do municipio e "homem de vida ilibada", dando o seu nome a uma das ruas da cidade onde nasceu.

A atual denominação da rua, será dada a outra artéria da mesma cidade.

Considerando ser louvavel a homenagem que se propõe

a prestar o Prefeito, manifestando-me pela aprovação do projeto e submeto ao plenário a seguinte

Resolução

O Conselho Administrativo do Estado, resolve aprovar o projeto de decreto-lei da Prefeitura de Mamanguape que dá denominação a duas ruas da cidade.

Sala das Sessões do C. A. E., em 17 de outubro de 1946

Romulo Roméro Rangel — Relator.

PARECER N.º 250 — Prefeitura de Umbuzeiro: — O Prefeito de Umbuzeiro, por intermédio do Departamento das Municipalidades, remeteu, para estudo e aprovação, o projeto de decreto-lei anexo, que cria uma feira no povoado "Boa Vista" do mesmo Município.

Em justificação de sua iniciativa alegou que o povoado em referência, pela densidade de sua população, comporta a criação da feira, o que concorrerá para o desenvolvimento do seu comércio. Por outro lado, esclareceu, a própria Prefeitura lucrará com a iniciativa, de vez terá mais uma oportunidade para arrecadar alguns impostos e taxas.

Não vê inconveniência na iniciativa do Prefeito, da qual, entretanto, pode resultar benefícios para o povoado e seus habitantes, pelas oportunidades comerciais que oferecem as feiras nas cidades e vilas do interior.

Assim opino pela aprovação do projeto e submeto à Casa esta

Resolução

O Conselho Administrativo do Estado resolve aprovar o projeto de decreto-lei da Prefeitura de Umbuzeiro que cria uma feira no povoado de Boa Vista e dá outras providências.

Sala das Sessões do C. A. E., em 17/10/1946.

Romulo Romero Rangel — Relator

PARECER N.º 251 — Prefeitura de João Pessoa — O "Centro de Irradiação Mental Deus e a Humanidade", filiado ao "Centro Esotérico da Comunhão do Pensamento", de S. Paulo, com personalidade jurídica e atividade nesta capital, solicitou à Prefeitura a doação de um ter-

reno para construção de sua sede. O chefe da Edilidade, tendo em vista o programa de assistência social que a mesma sociedade desenvolve e propugna, atendeu à solicitação e, para objetivá-la, submeteu à consideração do Conselho Administrativo o anexo projeto de decreto-lei.

O terreno que a Prefeitura vai doar fica à rua Indio Piragibe, com a área total de 511,52m², e justificando a medida, assim se expressou o prefeiteiro:

"Nesta hora conturbada que o mundo atravessa, sociedades como esta que se destinam ao estudo e prática de sãos princípios doutrinários do bem estar da humanidade, merecem do poder publico amparo às suas altruísticas iniciativas, senão pelo lado doutrinário ou filosófico, mas pela parte assistencial que proporcionam aos menos favorecidos de fortuna.

A obra de amparo ao berço, á cuja frente se encontra a Sociedade "Deus e Humanidade", é um atestado eloquente que os seus princípios se caracterizam em prestar auxilio á coletividade, ou de onde se façam mister, tornando-se, em síntese, merecedora do auxilio publico".

O artigo 2.º do projeto legislativo em apreciação diz que a doação ficará sem efeito se ao terreno for atribuída finalidade estranha ao do artigo anterior, bem como se a construção do prédio não for iniciada no prazo de 180 dias, a partir da data em que for baixado o decreto-lei.

Sou por que ao mesmo projeto seja acrescido o seguinte:

Art. 3.º — O terreno ora doado ainda revertirá ao patrimonio da Prefeitura, sem que esta responda por indenização de espécie alguma, mesmo com construções e benfeitorias que se tiverem incorporado ao solo, em qualquer destes casos:

a) — Se a mencionada Sociedade deixar de preencher as suas finalidades sociais;

b) — Se, ainda, se extinguir, excetuada eventualidade de sua

substituição por outra entidade com as mesmas finalidades sociais e semelhantes estatutos.

Assim, o art. 3.º passará a 4.º, e mais: o preambulo do projeto deve ter esta redação: O Prefeito Municipal de João Pessoa, usando da atribuição que lhe confere o art. 12, n.º 1 do decreto-lei n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, decreta"

Isto posto, apresento á Casa a seguinte

Resolução:

O Conselho Administrativo do Estado delibera aprovar o projeto de decreto-lei da Prefeitura Municipal de João Pessoa transferindo gratuitamente á Sociedade "Deus e Humanidade", desta Capital, o dominio de um seu terreno, situado á rua Indio Piragibe, e dando outras providências, tudo de acôrdo com o parecer do relator.

Salas das Sessões, em 18 de outubro de 1946.

Severino Alves Ayres — Relator.

PARECER N.º 252 — Prefeitura de Serraria — Depois de decretado o seu Orçamento atual, a Prefeitura de Serraria adquiriu a Empresa de Luz do distrito de Arara. Assim, a mesma lei de meios não contém verba destinada ao custeio do referido serviço. Diante disso, o prefeito da Comuna em apreço recorre á medida indicada, isto é, solicita agora a este órgão legislativo a abertura do crédito especial de Cr\$ 10.000,00, (dez mil cruzeiros), para ocorrer ás despesas, no corrente exercicio, com a manutenção da aludida empresa de energia elétrica e pagamento de prestações do preço de sua aquisição.

É cabivel e possível a operação. Cabivel porque se destina a prover de elementos de serviço imprevisamente criado na duração do periodo administrativo; possível porque a Prefeitura, anulando parte de dotações orçamentárias na importancia de Cr\$ 5.000,00, fica, com o saldo que dispõe e apurado no balancete de agosto p. findo, com recurso suficiente para abastecê-la.

Portanto, frente á legislação que regula o assunto, sou pela aprovação do projeto legislativo do prefeito de Serraria, visando o duplo fim

exposto, aprovação que proponho na seguinte

Resolução:

O Conselho Administrativo do Estado decide aprovar o projeto de decreto-lei da Prefeitura de Serraria que anula alguns dos dotações do seu orçamento vigente e abre a sua resouraria o credito especial de Cr\$ 10.000,00, destinando as despesas com a manutenção, neste exercicio, da empresa de energia elétrica do distrito de Arara, inclusive pagamento de prestações da sua compra.

Sala das Sessões do C. A. E., em 18 de outubro de 1946.

Severino Alves Ayres — Relator.

Resolução n.º 220 de 18-10-1946 — Aprova o projeto de decreto-lei da Prefeitura de Campina Grande, criando cargo no quadro do pessoal fixo e dando outras providências.

O Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em sessão de 18 de outubro de 1946, adotou a seguinte Resolução:

É aprovado o parecer n.º 233 ao projeto de decreto-lei da Prefeitura Municipal de Campina Grande, que cria um cargo no quadro do seu funcionalismo, na forma do projeto em apreço.

João Pessoa, 18 de outubro de 1946.

Oswaldo Pessoa — Presidente.

Publicada na Secretaria do Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em 18 de outubro de 1946.

João Araujo Dias — Secretário.

Resolução n.º 221 de 18-10-1946 — Aprova o projeto de decreto-lei da Interventoria Federal, abrindo á Secretaria das Finanças o crédito suplementar de Cr\$ 30.000,00.

O Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em sessão de 18 de outubro de 1946, adotou a seguinte Resolução:

É aprovado o parecer n.º 234 ao projeto de decreto lei da Interventoria Federal, que abre o crédito suplementar de Cr\$ 30.000,00 a diversas verbas do orçamento da Secretaria das Finanças, na forma contida no referido projeto em anexo.

João Pessoa, 18 de outubro de 1946.

Oswaldo Pessoa — Presidente.

Publicada na Secretaria do Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em 18 de outubro de 1946.

João Araujo Dias — Secretário.

Resolução n.º 222 de 18-10-1946. — Aprova o projeto de decreto-lei da Prefeitura de Teixeira, abrindo o crédito suplementar da importância de Cr\$ 3.500,00 a diversas verbas do orçamento em vigor.

O Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em sessão de 18 de outubro de 1946, adotou a seguinte Resolução:

É aprovado o parecer n.º 235 ao projeto de decreto-lei da Prefeitura Municipal de Teixeira, que abre o crédito suplementar de Cr\$ 3.500,00 a diversas verbas do seu orçamento vigente.

João Pessoa, 18 de outubro de 1946.

Oswaldo Pessoa — Presidente.

Publicada na Secretaria do Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em 18 de outubro de 1946.

João Araujo Dias — Secretário.

Resolução n.º 223 de 18-10-1946. — Aprova o projeto de decreto-lei da Prefeitura de Alagoa Nova, reajustando os vencimentos do funcionalismo do quadro fixo daquela Prefeitura.

O Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em sessão de 18 de outubro de 1946, adotou a seguinte Resolução:

É aprovado o parecer n.º 236 ao projeto de decreto-lei da Prefeitura de Alagoa Nova, que reajusta os vencimentos do pessoal do Quadro Fixo, na forma como se acha redigido.

João Pessoa, 18 de outubro de 1946.

Oswaldo Pessoa — Presidente.

Publicada na Secretaria do Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em 18 de outubro de 1946.

João Araujo Dias — Secretário.

Resolução n.º 224 de 18-10-1946. — Aprova o projeto de decreto-lei da Prefeitura de Ibiapinópolis, anulando saldo de verba e abrindo o crédito suplementar.

O Conselho Administrativo

do Estado da Paraíba, em sessão de 18 de outubro de 1946, adotou a seguinte Resolução:

É aprovado o parecer n.º 237 ao projeto de decreto-lei da Prefeitura Municipal de Ibiapinópolis, que anula doações e suplementa verbas no montante de Cr\$ 12.100,00 do seu atual orçamento, e na forma como se acha redigido.

João Pessoa, 18 de outubro de 1946.

Oswaldo Pessoa — Presidente.

Publicada na Secretaria do Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em 18 de outubro de 1946.

João Araujo Dias — Secretário.

Resolução n.º 225 de 18-10-1946. — Aprova o parecer n.º 230, do Relator dr. Severino Alves Ayres, á Prestação de Contas da Prefeitura de Princesa Isabel.

O Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em sessão de 18 de outubro de 1946, adotou a seguinte Resolução:

É aprovado o parecer n.º 230, publicado no dia 15 do corrente e relatado pelo conselheiro dr. Severino Alves Ayres, á prestação de contas da Prefeitura Municipal de Princesa Isabel, referente ao exercício de 1945.

João Pessoa, 18 de outubro de 1946.

Oswaldo Pessoa — Presidente.

Publicada na Secretaria do Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em 18 de outubro de 1946.

João Araujo Dias — Secretário.

Resolução n.º 226 de 18-10-1946. — Aprova o parecer n.º 232, do Relator dr. Severino Alves Ayres, á Prestação de Contas da Prefeitura de Alagoa Grande.

O Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em sessão de 18 de outubro de 1946, adotou a seguinte Resolução:

É aprovado o parecer n.º 232, publicado em 15 do corrente e relatado pelo conselheiro dr. Severino Alves Ayres, á Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Alagoa Grande, referente ao exercício de 1945.

João Pessoa, 18 de outubro de 1946.

Oswaldo Pessoa — Presidente.

Publicada na Secretaria do Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em 18 de outubro de 1946.

João Araujo Dias — Secretário.

e Segurança Pública, usando da atribuição que lhe confere o art. 7.º, do decreto-lei Estadual n.º 478, de 1.º de outubro de 1943, resolve exonerar o 3.º sargento da Força Policial do Estado, Evilasio Serrão da Oliveira, do cargo de sub-delegado de Polícia do Distrito de Serra Redonda, Município de Ingá.

O Secretário do Interior e Segurança Pública, usando da atribuição que lhe confere o art. 7.º, do decreto-lei Estadual n.º 478, de 1.º de outubro de 1943, resolve nomear o 3.º sargento da Força Policial do Estado, José Alves de Lira, para exercer o cargo de sub-delegado de Polícia do Distrito de Mãe Daguá, Município de Teixeira.

O Secretário do Interior e Segurança Pública, usando da atribuição que lhe confere o art. 7.º, do decreto-lei Estadual n.º 478, de 1.º de outubro de 1943, resolve nomear o 3.º sargento da Força Policial do Estado, João Valdevino Ferreira, para exercer o cargo de sub-delegado de Polícia do Distrito de Sobrado, Município de Sapé.

DELEGACIA DE TRANSITO E VIGILANCIA

AVISO

Esta Delegacia tendo em vista os serviços de concerto que o Departamento de Obras Publicas está procedendo no pontilhão da avenida Epitacio Pessoa, que dá acesso á praia de Tambau, resolve suspender o transito de veiculos pelo referido pontilhão até a conclusão dos mesmos serviços.

João Pessoa, 18 de outubro de 1946.

ROMULO DE ALMEIDA: — Delegado de T. e V.

EXPEDIENTE DO DELEGADO DO DIA 18

Despachos petições:

N.º 8020, de Carl Hagerup: submetta-se a exame; 8021, de Severino Ferreira de Oliveira: deferido; 8022, de Luiz Galdino de Souza: como requer; 8052, da Cia. Usinas S. João e S. Hele-

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO

DIVISÃO DO PESSOAL

Processo n.º 3382 46 — D. S. P. — Em que o extranumerário Iracema Lira, lotado no Serviço de Assistência Social, solicita rescisão de contrato.

O D. S. P. submete á consideração do Senhor Inter-

ventor Federal o processo de que se trata, acompanhando do expediente obtivando o assunto, na forma por que deve ser expedido.

OTAVIO COSTA: — Diretor Geral.

Aprovo. Em 17/10/46: (as.) — José Gomes da Silva.

SECRETARIA DO INTERIOR E SEGURANCA PÚBLICA

EXPEDIENTE DO SECRETÁRIO DO DIA 18

Petições:

O Secretário do Interior e Segurança Pública, usando da atribuição que lhe confere o art. 7.º, do decreto-lei Estadual n.º 478, de

1.º de outubro de 1943, resolve nomear o 3.º sargento da Força Policial do Estado, José Olinto do Nascimento, para exercer o cargo de sub-delegado de Polícia do Distrito de Serra Redonda, Município de Ingá.

O Secretário do Interior

na: como pede; 8080, de Elirio Guilherme de Azevedo: igual despacho; 8054, de José Francisco do Amaral: submeta-se a exame; 8053, de Severino Alexandre Barbosa: como pede; 8092, dos srs. Soares de Oliveira & Cia. — deferido; 8100, de Severino Araújo da Silva: submeta-se a exame na próxima quarta-feira, às 14 horas; 8096, de Manoel Guerra de Araújo: submeta-se a exame hoje, às 10 horas; 8098, de Gerson da Cunha Régio: deferido; 8104, de José Anchieta de Souza: igual despacho; 8101, de Antonio Inocencio de Lima: idem; idem; 8107, de J. F. Nobre: deferido; 8106, de Manoel de Brito: forneça-se; 8112, de Iderval da Costa e Silva: como requer; 8051, de Mario Custodio da Silva: deferido; 8041, de José Francisco da Silva: igual despacho; 8040, de José Vieira da Costa: como requer; 8042, de João Luiz dos Santos: deferido; 8043, de José Jesuino de Lima: igual despacho; 8044, de Manoel Borges: idem; idem; 8045, de João Belmiro Neto: como pede; 8046, do Digo Batista Junior: deferido; 8047, do mesmo: como requer; 8048, ainda do mesmo: igual despacho; 8049, de Jaime Rocha: idem; idem; 8050, do mesmo: deferido; 8035, de Artur Bazzerra: como requer; 8034, de Valdemar Torreão Maciel: deferido; 8031, de Joaquim Muniz de Almeida: igual despacho; 8032, de Luiz Romão de Mélo: idem; idem; 8033, de Inácio Ordonho Sobrinho: idem; idem; 8030, de Tobias Remigio Gomes: idem; idem; 8029, de Pedro Jordão das Neves: como pede; 8024, de Espedito Martins Rafael: igual despacho; 8025, de Claudio Leite de Andrade: idem; idem; 8097, de Severino Fernandes de Oliveira: deferido; 8094, de Francisco Cavalcanti de Mélo: como requer; 7778, de Sebastião Lacerda Cavalcanti: deferido; 8055, de Pedro Medeiros: igual despacho; 8056, de José Cavalcanti da Silva Primo: deferido; 8057, de Jaime Rocha: igual despacho; 8058, do mesmo: idem; idem; 8055, ainda do mesmo: idem; idem; 8060, do mesmo: idem; idem;

8061, de Hortencio Raposo de Araújo: deferido; 8062, de Adalberto Cordeiro de Mélo: como requer; 8063, de Orlando Évangelista da Silva: deferido; 8064, de Geraldo de Miranda Leite: igual despacho; 8065, dos srs. Marques de Almeida & Cia. Ltda. — idem; idem; 8066, de Zacarias Cadê da Silva: idem; idem; 8067, de Antonio Jacinto da Costa: idem; idem; 8068, do mesmo: idem; idem; 8069, de Benedito Venancio dos Santos: idem; idem; 8070, de Manoel Pereira da Costa: idem; idem; 8071, da Cia. de Cigarros Souza Cruz: idem; idem; 8072, de Wandy Correia Brito: idem; idem; 8073, de Delmiro Monteiro: como requer; 8078, de Nair Lopes de Andrade: deferido; 8079, de Artur Corriea de Brito: como pede; 8077, de José Celino da Silva: deferido; 8076, de Mário Sergio de Farias: igual despacho; 8075, de Izidro José de Medeiros: idem; idem; 8074, de Sebastião Venancio da Silva: idem; idem; 8023, mem. 3, da 7ª C|T — averbe-se.

V — RESULTADO DE EXAME DE MOTORISTA:
— No dia 16 deste, saiu habilitado por esta Delegacia, com motorista amador, o sr. Carl Haberup. Hoje, habilitou-se na mesma categoria, o sr. José Franciscano do Amaral. — Reprovado — 1.

VI — RECOLHIMENTO DE MULTAS: — Caminhão 3658-Pb — Cr\$ 50,00; auto com placa de Experiência nº 11-Pb — Cr\$ 20,00; caminhão 3595-Pb — Cr\$ 20,00; caminhão 5069-PE — Cr\$ 50,00; auto 3312-RN — 50,00.

VII — Tabela de horário itinerário e preços de passagens, do ônibus 886-Pb que faz a linha de Campina Grande a Alagôa Nova:
Saida de Campina Grande, nas terças, quartas, sextas e sabados, às 15 horas e nos domingos, às 6,30.
De C. Grande e Alagôa Nova (diréto) Cr\$ 8,00; a Ipauarana — Cr\$ 4,00 e Aldeia Velha — Cr\$ 6,00.
De Alagôa Nova, nas quartas e sabado, às 6,30 e 19 horas e nos domingos, às 18.

De Alagôa Nova a Campina Grande (diréto) Cr\$ 8,00; a Aldeia Velha Cr\$ 4,00 e a Ipauarana — 6,00.
Proprietário: Severino Carolino, residente em C.

ROMULO DE ALMEIDA:
— Del. de T. e Vigilancia.
(Visto.) — Chefe de Policia.

DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE

DIVISÃO DE RADIO-DIFUSÃO

RADIO TABAJÁRA DA PARAÍBA

Programa para hoje:

- 9,00 — Bom dia da P. R. 1-4
- 9,05 — Programa com musica selecionada.
- 10,00 — Programa com musica popular variada.
- 10,45 — Noticias para mulher.
- 11,00 — Programa com gravacoes variadas.
- 12,00 — Hora certa da P. R. 1-4.
- 12,05 — Jornal Internacional.
- 12,10 — Gravações variadas.
- 12,30 — Album Social Tabajara.
- 12,40 — Gravações variadas.
- 13,00 — Encerramento da primeira parte de s|atividades.
- 17,00 — Inicio da segunda parte de s|programações.
- 17,05 — Musica classica.

Estúdio:

- 18,00 — Ave Maria.

- 18,05 — Programa com Milton Dantas em solo de violão.
- 18,30 — Programa com Magna Araujo.
- 18,45 — Programa com Epitacio Mozart em solo de saxofone.
- 19,00 — Jornal Internacional.
- 19,05 — Programa com José Paulo.
- 19,15 — Boletim Esportivo.
- 19,20 — Continuação do programa de José Paulo.
- 19,30 — Hora nacional da Radio.
- 20,00 — Programa: Variedades Tabajara com os seguintes artistas: — Magna Araujo — Geraldo Rodrigues — Jazz Tabajara — José Paulo e muitos outros elementos.
- 21,00 — Jornal Internacional Sanhaú.
- 21,15 — Comentário do dia pela B. B. C. de Londres.
- 21,30 — Jornal Oficial do Estado.
- 21,40 — Hora da Saudade com os seguintes elementos: — Milton Dantas — Magna Araujo — Antonio Siqueira e Antonio Peixoto.
- 22,30 — Despedida.

SECRETARIA DAS FINANÇAS

EXPEDIENTE DO SECRETARIO DO DIA 17

Petições:

- Nº 16003, de Raimundo de Alves da Silva. — Deferido.
- Nº 15720, de Adalberto de Alcantara Guerra. — Indeferido em face das informações.
- Nº 15522, de Raul Henriques de Sá. — Indeferido em face do art. 103 do Dec. Lei Estadual n.º 202, de 28 de Outubro de 1941.

DEPARTAMENTO DA FAZENDA

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA NO DIA 17 DO CORRENTE MES

RECEITA	
Saldo anterior	454.286,70
Recebedoria de J. Pessoa — P/c arr. dia 16	63.900,00
Imprensa Oficial — Renda do dia 16	470,00
TOTAL	518.656,70
DESPESA	
5109 — Soc. Importadora de Máquinas para Industria — Conta	7.000,00
4450 — Lloyd Brasileiro (Patrimonio Nacional) — Idem	1.021,80
4814 — Lloyd Brasileiro (Patrimonio Nacional) — Idem	2.478,20
4756 — C. Rosas & Cia. — Idem	318,00
4857 — Carlos V. de Faria — Desp.	

realizadas	1.125,00	
5139 — Marco Alves dos Santos (Sec. da Agricultura) — Adiantamento	3.010,00	
5137 — José Cavalcanti Chaves (Idem) — Idem	3.018,00	
5115 — Imprensa Oficial (Rafael da Silveira)—Folha de pagamento	39.026,60	
5140 — Serv. de Radio-Difusão — Idem	12.290,00	
5127 — Funcionários do Dep. de Saúde — Idem	602,70	
5125 — Haidée Costa — Vencimentos	339,70	70.230,80
Saldo balanceado	448.425,90	
TOTAL	518.656,70	

Tesouraria Geral do Departamento da Fazenda, em 17 de outubro de 1946.

INACIO GOUVEIA — Rêsp. pela Tesouraria Geral.
Visto — J. FLORENTINO JUNIOR, Diretor Geral

RECEBEDORIA DE JOÃO PESSOA

EXPEDIENTE DO DIRETOR DO DIA 18 com o parecer. A' S.P.A. De Antonio da Cunha Rêgo. — Igual despacho Severino Felix Corrêia.
Petições: De Cleodon da Costa — Igual despacho.
Lima. — Deferido, ccbra- De Alves & Cia. — Igual do-se o impôsto de acôrdo despacho.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

EXPEDIENTE DO DIRETOR DO DIA 18 confere, resolve designar Ivanilda Lima, professora recentemente nomeada, classe B, para prestar serviços na escola rudimentar rural mista de Rua Nova, do município de Caiçara.
Portaria: O Diretor do Departamento de Educação, usando das atribuições que a lei lhe

DEPARTAMENTO DE SAÚDE

EXPEDIENTE DO DIRETOR GERAL DO DIA 16 prove que é cirurgião dentista.
N.º 3978 — De L. Maroja & Cia. — Os atestados devem sêr referentes às pessoas e não á firma.
N.º 3983 — De Gabriel Epitácio de Medeiros. — Junte, portanto, novos atestados.
Junte documento que com-

EXPEDIENTE DO DIRETOR DO DIA 17 resolve designar os Drs. Lourival Moura e João Soares, para, em companhia do Dr. Francisco Diniz, e sob a presidência do primeiro, constituirem a comissão de técnicos que verificará e emitirá suas gestões sobre um foco de fimatose existentes "Jesus de Nazaré", tente naquela Repartição.
Portaria: O Diretor Geral do Departamento de Saúde, no uso de suas atribuições e atendendo á solicitação da Superiora do Abrigo de Menores "Jesus de Nazaré",

MONTEPIO DO ESTADO DA PARAIBA

BOLETIM DE RECEITA E DESPESA DO DIA 16 DE OUTUBRO DE 1946

RECEITA	
Receita Ordinaria:	
Premios de Seguros	25,00
TAXAS E EMOLUMENTOS	
Taxas de Expediente	2,00
RECEITA PATRIMONIAL	
Juros de Empréstimos Rápidos	127,40
	154,40
RECEITA EXTRAORÇAMENTARIA	
Bancos e Correspondentes	15.000,00
Empréstimos Rápidos	20,00
Empréstimos a Longo Prazo	1.276,40
Vendas de Terrenos a Prazo	20.003,00
Devedores Diversos	14,00
Despesas Diversas	950,00
	37.266,00
Soma da Receita do Dia	37.415,40
Saldo do dia 15	51.171,10
	88.586,50
Saldo nos Bancos	54.740,40
TOTAL	143.326,90
DESPESA:	
Despesa Administrativa:	
BENEFICIOS	
Pensões por Morte	405,20
	405,20
DESPESA EXTRAORÇAMENTARIA	
Empréstimos Rápidos	3.560,00
Empréstimos a Longo Prazo	3.341,00
Premios de Seguros	45,00
Imoveis	35.000,00
Casas em Construção	1.000,00
	42.946,00
Soma da Despesa do dia	43.351,20
Saldo para o dia 17, em Caixa	45.235,30
	88.586,50
Saldo nos Bancos	54.740,40
TOTAL	143.326,90
Montepio do Estado da Paraíba em 16 de outubro de 1946.	
VICENTE LOMBARDI — Tesoureiro	
Confere — NAPOLEÃO CRISPIM — Chefe de Secção.	
Visto — EUGENIO DE OLIVEIRA — Presidente.	

DIÁRIO DOS MUNICIPIOS

PREFEITURA DE JOÃO PESSOA
(*) DECRETO-LEI N.º 17, de 17 de outubro de 1946

Concede subvenção ao Hospital Santa Isabel, Orfanato D. Ulrico e Asilo do Bom Pastor.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOÃO PESSOA, usando da atribuição que lhe confere o art. 12, inciso I, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:
Art. 1.º — Ficam concedidas a partir da data da publicação do presente decreto, subvenções anuais, de três mil cruzeiros,

três mil cruzeiros e um mil cruzeiros, respectivamente, a favor do Hospital Santa Isabel, do Orfanato D. Ulrico e do Asilo do Bom Pastor.

Art. 2.º — A despesa neste exercício, correrá por conta do titulo 9 — Encargos Diversos — Assistência Social, do orçamento vigente.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario. Prefeitura Municipal de João Pessoa, em 17 de outubro de 1946.

ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA — Prefeito,
Emilio de Araújo Chaves — Secretario Geral.

(*) Reproduzido por ter sido publicado com incorreções.

EXPEDIENTE DO PREFEITO DO DIA 18:

Petições:

N.º 5692 de Gilberto Sturkert. 6528 de Celestin Marius Malzac. 6610 de João Fernandes de Amorim. 6323 de Osanete Vicente Santiago. 6689 de Edições Atlas Paraíba, Ltda. — Deferido, pagando o que de direito.

Ficam convidados a comparecer à Divisão de Tributação e Cadastro, Armando Vasconcelos Filho, Gentil Coutinho de Lucena, Gregorio Pessoa de Oliveira, Odilon Felipe de Sousa, Luiz Vicente de Freitas e Jesuino Veras.

Portaria:

O Prefeito do Município de João Pessoa, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso V, do artigo 12, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve determinar que o diarista desta Municipalidade, Antonio Fernandes Neto, passe a prestar serviços no Mercado de Tambiá, até ulterior deliberação.

NOTA DO GABINETE DO PREFEITO

Foram recebidas pelo sr. Prefeito Municipal, em seu gabinete, as seguintes pessoas:

Aurelio Silveira, Belsario Medeiros, Miguel Menezes, Luiz Sales de Fartas, Armando Barreto, Francisco Moura, José Aguiar, Francisca Bezerra, Severino Cariolano Gomes, José de Mélo Prazino, Soares Negro Monte, Maria Augusta de Navares, Maria das Neves Pedrosa, José Ramalho da Costa, Milton de Oliveira Mélo, José Virgínio, Gilberto Freire Barreto, Feliciano Dias da Silva, Clótilde Paulo de Castilo, Manuel Rodrigues da Costa, Edgar Sales de Miranda Henriques, Diogenes de Andrade e José Dureé.

O Prefeito Municipal, recebeu as visitas dos srs.:

Isaías Pinto, Superintendente da Cooperativa de Pesca, em liquidação, Severino da Silva, comerciante em Campina Grande; uma comissão do Aéreo Clube da Paraíba, composta dos srs. Joaquim Tenório, professor Valentin e José Benedito, Janson Guedes, Delegado Municipal de Cabedelo, Severino Lucena, Presidente do Partido Social Democrático da Paraíba, professor Azevêdo Nacre, da Escola Industrial, Santino Cavalcanti de Albuquerque, funcionário da Prefeitura aposentado; uma comissão da Sociedade Artista Operários Mecânicos e Liberais, composta dos professores José Semião de Sousa e João Cancio da Silva.

Prefeitura de Cuité

DECRETO N.º 4

Desapropria, por utilidade publica, uma faixa de terras, com oito metros de largura e 616 de comprimento, entre as propriedades denominadas "Bom-Bocadinho", pertencente a Manuel Clementino de Medeiros e Antonio Cassiano da Cunha, e revoga o decreto-lei n.º 3, de 13 de julho de 1946.

O Prefeito Municipal de Cuité, usando da atribuição que lhe confere o art. 12, n.º III, do decreto-lei n.º 1.202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica desapropriada por utilidade publica, nos termos do decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, uma faixa de terras com oito (8) metros de largura, por 616 metros de comprimento, servindo de eixo á linha divisória da propriedade denominada Bom-Bocadinho, situada na Serra do mesmo nome, deste Município, pertencente a Manuel Clementino de Medeiros e Antonio Cassiano da Cunha, limitada ao nascente com Anacleto Felipe e os Sales, ao poente com Antonio Marques e os Medeiros, ao sul com Basilio Matias e Manuel Soares, ao norte com os Januários.

Art. 2.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial.

Art. 3.º — Fica revogado o decreto-lei n.º 3, de 13 de julho do corrente ano, no que fôr contrário ás disposições do presente decreto-lei.

Prefeitura Municipal de Cuité, em 26 de agosto de 1946, 58.º da Proclamação da Republica.
Humberto Silva — Prefeito.

Prefeitura de Esperança

Portaria n.º 13:

O Prefeito Municipal de Esperança, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve designar a Bibliotecária ponder pelo expediente da Fismaria Nazaré Cunha, para realização Geral da Prefeitura, durante o impedimento do respectivo ocupante Antonio Rufino de Araujo, o qual entra, nesta data, em gôso de férias.
Prefeitura Municipal de Es-

perança, em 7 de outubro de 1946.

Francisco Bezerra da Silva — Prefeito.

Prefeitura de Guarabira

DECRETO-LEI N.º 54

Autoriza aditivo ao contrato de concessão do serviço de energia elétrica da vila de Pirpirituba

O Prefeito Municipal de Guarabira, usando da atribuição que lhe confere o art. 12, n.º I, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Prefeito autorizado a fazer aditivo ao contrato de concessão do serviço de energia elétrica da vila de Pirpirituba, deste Município
§ unico — As clausulas do aditivo são as constantes da minuta anexa, parte integrante deste decreto-lei.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Guarabira, em 22 de agosto de 1946, 58.º da Proclamação da Republica.

João de Farias Pimentel Filho — Prefeito.

Prefeitura de Manguape

DECRETO

O Prefeito Municipal de Manguape, usando da atribuição que lhe confere o inciso V, do art. 12, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve designar Francisco da Costa Farias, contabilista padrão J, tabela D, do quadro efetivo desta Prefeitura, para responder pelo expediente da Secretaria da mesma, até ulterior deliberação.

Prefeitura Municipal de Manguape, em 12 de outubro de 1946, 58.º da Proclamação da Republica.

Manuel Luiz de Figueiredo — Prefeito.

Prefeitura de Araruna

DECRETO-LEI N.º 10

Abre o crédito especial de Cr\$ 4.346,40 para pagamento de débitos de exercícios findos

O Prefeito Municipal de Araruna, usando da atribuição que lhe confere o art. 12, n.º I, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939

DECRETA:

Art. 1.º — Fica aberto á Te-

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA DO DIA 17 DE OUTUBRO DE 1946

RECEITA		
Saldo do dia 16	27.113,50	
Receita do dia 17	4.053,00	
TOTAL	31.166,50	
DESPESA		
Pago ao sr. Dante Grisi, gratificação por serviço extraordinário	100,00	
Idem a Jandira Chaves da Silveira, oficial do registro civil da vila de Cabedelo, auxilio referente aos meses de agosto e setembro findos	200,00	
Idem a Alexandre de Luna Freire, conta proveniente de seu fornecimento de pedra para meio-fio e paralelepipedos	5.082,00	
Idem a Teodosio Francisco da Silva, percentagem sobre impostos	145,70	
Idem a Miguel Monte de Menezes, gratificação por serviço extraordinário	60,00	5.587,70
Saldo balanceado	25.578,80	
TOTAL	31.166,50	
DEMONSTRAÇÃO DO SALDO		
Depósitos de Diversas Origens	3.580,10	
A favor de Instituições de Previdência Social	2.794,80	
Saldo disponível	19.203,90	25.578,80

Tesouraria da Prefeitura Municipal de João Pessoa, 17 de outubro de 1946

GENTIL FERNANDES — Tesoureiro
Visto — **CELIA LEAL DIAS GOMES**
por **EMILIO DE ARAUJO CHAVES**, Secretario Geral.

DIÁRIO DA JUSTIÇA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DISTRIBUIÇÃO INDEPENDENTE DE SORTEIO DO DIA 18/10/46

Apelação criminal n.º 1273, de Santa Rita. Relator: des. Flodoardo da Silveira. Apelante: Antonio Guedes Ferraz. Apelada: a Justiça Pública.

Mandato de segurança n.º 16, de João Pessoa. Relator: des. José de Farias. Requerente: Benjamin Trigueiro Lins.

Agravo de instrumento civil n.º 888, de Campina Grande. Relator: des. Severino Montenegro. Agravantes: Julio Costa e mulher. Agravado: João Teles de Oliveira.

MOVIMENTO DE AUTOS DO DIA 18 DE OUTUBRO REVISÕES

Apelação civil n.º 1173, de João Pessoa. Relator des. José Floscolo. Apelante a Cooperativa de Crédito Agrícola; apelado o dr. Salustino Efigenjo Carneiro da Cunha.

Embargos infringentes n.º 56, na apelação civil n.º 1123, de Antenor Navarro. Relator des. José Floscolo. Embargantes Manuel Fernandes Dantas e sua mulher; embargada Maria Zacarias Sobral.

Foram os respectivos autos á revisão do exmo. des. Severino Montenegro.

DESPACHOS

Apelação criminal n.º 1267, de Tabaiana. Relator des. Flodoardo da Silveira. Apelante Antonio Francisco Bezerra; apelada a Justiça Pública.

Apelação civil n.º 1268, de Campina Grande. Relator des. José Floscolo. Apelante Josefa

mouraria desta Prefeitura, o crédito especial na importância de Cr\$ 4.346,40 (quatro mil trezentos e quarenta e seis cruzeiros e quarenta centavos), destinado a regularizar o pagamento de débitos de exercícios finhos.

Art. 2.º — Para fazer face á abertura do presente crédito, constitue recurso disponível o saldo liberado de Cr\$ 9.018 10 verificado no balancete do mês de julho p. findo

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário Prefeitura Municipal de Araruna, em 28 de setembro de 1946, 58.º da Proclamação da Republica.

Pedro Targino da Costa Mota — Prefeito.

Zacarias de Macêdo Nóbrega; apelada a Justiça Pública.

Apelação criminal n.º 1269, de Princesa Isabel. Relator des. Severino Montenegro. Apelantes Antonio Honorato e outros; apelada a Justiça Pública.

Foram os respectivos autos com vista ao dr. Procurador Geral do Estado.

Ação rescisória n.º 48-A, de João Pessoa. Relator des. Flodoardo da Silveira. Autores Salviano Bezerra e sua mulher; réus Manuel Odon Coutinho e sua mulher.

“Não havendo requerimento para produção de prova, fiquem os autos na Secretaria, por dez dias, para oferecimento de razões”.

PARECERES

Apelação criminal n.º 1237, de João Pessoa. Relator des. Flodoardo da Silveira. Apelante Leonel Vicente Flôr; apelada a Justiça Pública.

Apelação criminal n.º 1238, de Campina Grande. Relator des. José Floscolo. Apelante o Representante do Ministério Público; apelado Antonio Victor da Silva.

Conflito de jurisdição n.º 60, de João Pessoa. Relator des. Severino Montenegro. Suscitante o dr. Juiz de Direito da 3.ª vara; suscitado o dr. Juiz de Direito da 2.ª vara.

Apelação civil “ex-officio” n.º 1638, de João Pessoa. Relator des. José de Farias. Apelante o Juizo; apelados Inácio Evaristo Filho e Maria de Oliveira Evaristo.

Apelação civil “ex-officio” n.º 1156, de Araruna. Relator des. José de Farias. Apelante o Juizo; apelados Jose Paulino de Azevêdo Maia e sua mulher.

Apelação civil n.º 1088, de Tabaiana. Relator des. Agripino Barros. Apelante o Juizo; apelados Anisio Felipe Bezerra e Francisilina Maria da Conceição.

Devolvidos com os respectivos pareceres.

EDITAL N.º 201

Faço ciênte aos interessados que o exmo. des. Presidente designou o dia 22 de outubro corrente para os seguintes julgamentos pela Primeira Camara:

Recurso criminal n.º 567, de Patos. Relator des. Flodoardo da Silveira. Recorrente o Juizo; recorrido Rafael Raimundo e outros.

Recurso criminal n.º 556, de Areia. Relator des. José Floscolo. Recorrente o Juizo; recorrido Francisco Verissimo.

Recurso criminal “ex-officio” n.º 568, de Cuité. Relator des. José Floscolo. Recorrente o Juizo; recorrido José da Silva.

Conflito de jurisdição n.º 58, de Bananeiras. Relator des. Flodoardo da Silveira. Suscitante o dr. Juiz de Direito da mesma comarca; suscitado o dr. Juiz de Direito da comarca de Areia.

Apelação civil n.º 1141, de João Pessoa. Relator des. Severino Montenegro. Apelante Josefa Maria da Silva; apelado Sebastião Barbosa da Silva.

Apelação civil n.º 1166, de Alagoa Grande. Relator des. Flodoardo da Silveira. Apelante João Tavares; apelados Elidio Tavares de Araújo e sua mulher.

E para que chegue ao conhecimento de todos, faço publicar o presente edital.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

124.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 1946

Presidente: Des. Flodoardo Lima da Silveira.

Secretário: José Batista de Melo

Presentes: Os juizes des. José de Farias e drs. Climaco Xavier da Cunha, Julio Rique Filho e Renato Teixeira Bastos e o Procurador Regional substituto, dr. Severino Pessoa Guimarães.

Foram tomadas as seguintes resoluções:

a) — Revisão de qualificação “ex-officio” n.º 1836. Procedencia: Juizo Eleitoral da 5.ª zona. Relator: Juiz Renato Teixeira Bastos

— O Tribunal mandou arquivar o processo, por unanimidade.

b) — Cancelamento de inscrição eleitoral n.º 1456. Procedencia: Juizo Eleitoral da 11.ª zona. Relator: Juiz José de Farias.

— O Tribunal mandou cancelar a segunda inscrição, unanimemente

c) — Cancelamento de inscrição eleitoral ns. 1460 e 1468. Procedencia: Juizo Eleitoral da 11.ª zona. Relator: Juiz Julio Rique Filho.

Secretaria do Tribunal de Apelação, em João Pessoa, 18 de outubro de 1946.

EURIPEDES TAVARES — Secretario

ENTRADA E REGISTRO DE PROCESSOS

Deu entrada na portaria do Tribunal de Justiça, e foi registrado, em protocolo, em 17 de outubro de 1946, o seguinte recurso:

Apelação criminal da comarca de Patos. Apelantes — Estela Gomes Leite e outros. Apelada — A Justiça Pública.

AUTOS COM VISTA AS PARTES, CORRENDO PRAZO NA SECRETARIA

Recurso de revista nos autos de apelação civil n.º 1112 da comarca de João Pessoa. Recorrentes — C. N. Pamplona & Cia. Recorrido — O Banco do Brasil S/A.

Com vista ao advogado do recorrido, pelo prazo legal.

— O Tribunal mandou cancelar a segunda inscrição, unanimemente.

d) — Cancelamento de inscrição eleitoral n.º 1660. Procedencia: Juizo Eleitoral da 18.ª zona. Relator: Juiz Renato Teixeira Bastos.

— O Tribunal converteu o julgamento em diligencia, unanimemente.

e) — Cancelamento de inscrição eleitoral n.º 1665. Procedencia: Juizo Eleitoral da 18.ª zona. Relator: Juiz José de Farias.

— O Tribunal converteu o julgamento em diligencia, unanimemente.

f) — Cancelamento de inscrição eleitoral n.º 1671. Procedencia: Juizo Eleitoral da 29.ª zona. Relator: Juiz Julio Rique Filho.

— O Tribunal mandou processar a exclusão, unanimemente.

g) — Cancelamento de inscrição eleitoral n.º 1680. Procedencia: Juizo Eleitoral da 32.ª zona. Relator: Juiz Renato Teixeira Bastos.

— O Tribunal mandou excluir o eleitor, unanimemente.

h) — Cancelamento de inscrição eleitoral n.º 1681. Procedencia: Juizo Eleitoral da 32.ª

Relator: Juiz José de Farias.

— O Tribunal mandou excluir o eleitor, unanimemente.

i) — Cancelamento de inscrição eleitoral n.º 1682. Procedência: Juízo Eleitoral da 32.ª zona. Relator: Juiz Climaco Xavier da Cunha.

— O Tribunal mandou excluir o eleitor, unanimemente.

j) — Cancelamento de inscrição eleitoral n.º 1757 e 1761. Procedência: Juízo Eleitoral da 17.ª zona. Relator: Juiz José de Farias.

— O Tribunal mandou cancelar a segunda inscrição, unanimemente.

k) — Cancelamento de inscrição eleitoral n.º 1795 e 1799. Procedência: Juízo Eleitoral da 19.ª zona. Relator: Juiz Julio Rique Filho.

— O Tribunal mandou processar a exclusão, contra os votos de relator e do juiz Climaco Xavier. Lavrará a decisão o juiz Renato Bastos.

l) — Cancelamento de título eleitoral n.º 1821. Procedência: Tribunal Regional do Ceará. Relator: Juiz José de Farias.

— O Tribunal mandou cancelar o título, unanimemente.

m) — Cancelamento de título eleitoral n.º 1838. Procedência: Juízo Eleitoral da 14.ª zona do Rio Grande do Norte. Relator: Juiz Climaco Xavier da Cunha.

— O Tribunal mandou cancelar o título, unanimemente.

JULGAMENTOS DESIGNADOS PARA A SESSÃO DO DIA 21 DE OUTUBRO DE 1946: Juiz José de Farias: Revisão

NOTAS DO FÓRO

PROCLAMAS DE CASAMENTO

Cartório do Registro Civil no Palácio da Justiça.

No Cartório do escrivão Sebastião Bastos, desta Capital, correm proclamas dos contraentes seguintes:

Rivaldo de Sousa Lima, negociante ambulante, maior e Teresinha Serrano Navarro, menor, solteiros, naturais deste Estado, domiciliados e residentes na cidade de Mamanguape, e a contraente nesta Capital, á avenida Conceição 104, Deprecados proclamas do escrivão da quella cidade de Mamanguape.

Olídio Oliveira Teixeira de Carvalho, electricista, natural do Amazonas, domiciliado e residente na cidade de Natal, Ca-

de qualificação "ex-officio" ns. 1837 e 1849, procedentes das 20.ª e 42.ª zonas, respectivamente.

Juiz Climaco Xavier da Cunha: Cancelamento de inscrição eleitoral ns. 1842 e 1846, procedentes da 6.ª zona.

Juiz Julio Rique Filho: Cancelamento de inscrição eleitoral ns. 1839, 1843 e 1847, procedentes do juizo eleitoral da 6.ª zona.

Juiz Renato Teixeira Bastos: Cancelamento de inscrição eleitoral ns. 1840 e 1844, procedentes da 6.ª zona, e cancelamento de título eleitoral n.º 1848, procedente do juizo eleitoral da 29.ª zona

CARTORIO ELEITORAL DA 1.ª ZONA

Pelo dr. Juiz Eleitoral desta 1.ª zona, foi considerada inscrita eleitora a requerente Maria Augusta Maia da Silva, estando o respectivo titulo já devidamente preparado para ser entregue.

— Foram remetidos ao cartorio os titulos dos efeitores: José Batista do Carmo, Salomão Augusto de Oliveira, José Ferreira de Carvalho Brito, Robson Leal, Dorgival Mauricio de Melo, Antonio Eloi Ramalho, João Ulisses Teixeira, Inacio Rocha Cavalcanti e Adailton Cabral Barbosa, que deverão requerer a expedição dos mesmos titulos, em petição feita de proprio punho e dirigidas ao dr. Juiz Eleitoral desta 1.ª zona.

João Pessoa, 18 de outubro de 1946. CARLOS NEVES DA FRANCA — Escrivão Eleitoral.

pital do Rio Grande do Norte, para onde foram deprecados proclamas; e Beatriz Gonçalves de Lima, natural de Pernambuco, domiciliada e residente nesta Capital, á rua da Republica, 148, solteiros e maiores.

Otaviano Ferreira dos Santos, madeiro e Irene Batista dos Santos, maiores, solteiros, naturais deste Estado, domiciliados e residentes nesta Capital, á rua Francisco Pereira, 438.

Antonio Pereira de Lima, operário e Elvira da Silva, maiores, solteiros perante a lei, porém casados religiosamente, naturais deste Estado, domiciliados e residentes nesta Capital, á rua dos Cariris, 380.

José Luiz Belarmino, solteiro, negociante ambulante e Benedita Gadêlha de Luna, viúva, maiores, naturais dete Estado, domi-

ciliados e residentes nesta Comarca.

Com proclamas já publicados:

Francisco Geremias dos Santos e Leonisia Martins da Silva, João Amorim Coutinho e Trahamunda Pereira, Mário Vasconcelos de Calvalho e Elza Rodrigues dos Santos, Manuel Dantas da Costa e Regina Dantas da Costa.

CARTORIO DO BEL. JOÃO MONTEIRO DA FRANCA Movimento de autos do dia 18: Ao dr. Juiz de Direito da 1.ª vara:

Mandado de intimação da Interdição de Secundino Toscano de Brito.

CONSELHO PENITENCIARIO DO ESTADO

SESSÃO ORDINARIA

Sob a presidência do dr. Luciano Ribeiro de Moraes, secretariado pela srta. Maria Tereza Arcoverde e com o comparecimento dos conselheiros Edigardo Soares, Luiz Rodrigues Viana, José Mário Porto, Estácio Tavares e Pereira Diniz, realizou-se ontem ás 14 horas, a 14.ª sessão ordinária do Conselho Penitenciário do Estado.

Instalados os trabalhos, foi lida e aprovada sem impugnação a ata da reunião anterior.

O dr. presidente depois de despachar o expediente, passou á ordem do dia. Nesta, deram-se os seguintes resultados de acordo com os numeros dos processos: 852 — livramento condicional. Relator dr. Luiz Rodrigues Viana, requerente Severino Luiz da Costa, condenado na comarca de Umbuzeiro. Opinou-se pelo deferimento por maioria de votos.

833 — Livramento condicional. Relator dr. Pereira Diniz, requerente José Sebastião Marques — Mamanguape. Opinou-se pelo deferimento unanimemente.

498 — Graça ou indulto. Relator dr. Pereira Diniz; requerente José Alves Barbosa — Sapé — Opinou-se pela denegação unanimemente.

403 — Graça ou indulto. Relator dr. Pereira Diniz; requerente José Soares da Silva — Campina Grande. Opinou-se pela denegação unanimemente.

856 — Livramento condicional. Relator dr. Pereira Diniz; requerente José Francisco do Nascimento vulgo "Carapina" — Sapé. Opinou-se pelo deferimento unanimemente.

Ficaram com os pareceres adiados para a próxima sessão, os

Acidente no Trabalho de Antonio Ferreira de Lima.

Ao dr. Francisco Porto: Ações Executivas movidas pela Fazenda Estadual, contra José Correia de Oliveira; Ainaldo Gomes; José Cavalcanti; José Pereira Nunes; Dina Sergio de Melo; João de Albuquerque Melo; Natahael de Oliveira; Soc. Exp. Lafaiete Lucena.

Ao Contador: Ação Executiva de Lacy Neves; João Américo Ribeiro; Benedito C. Guedes. Inventário de Maria do Carmo Magalhães de Miranda Henriques. João Pessoa, 18 de outubro de 1946.

O escrevente autorizado — Rodrigo Maciel.

seguintes processos: livramento condicional e de graça ou indulto. Relator dr. Ariosvaldo Espinola; requerentes — Sebastião Zacarias da Costa e Sebastião Lourenço de Sousa — Picuí. Juvenal Ferreira Nobre — Sousa. Manuel Simplicio de Moraes — João Pessoa. José Ramalho Leite — Piancó. Manuel Felix Santos — Areia. Manuel Batista Lima vulgo "Leitão" — Mamanguape. José Fernandes de Oliveira — Bonito. Manuel Lino da Silva vulgo "Fogo" — Araruna. José Duarte Guimarães — Alagôa Nova — João Ventura de Sousa — Conceição. José Francisco da Silva vulgo "Avelino" — Mamanguape, e de Nelson Cabral — Maguari.

Relator — Dr. Edigardo Soares; requerentes — Severino Ferreira de Sousa vulgo "Belo" — Sapé. José Rodrigues de Lima vulgo "José Grande" — Campina Grande. Antonio Augusto Paulino — Cabaceiras. José Alves da Costa vulgo "Ganga" — Pilar, e de José Ismael da Silva — Monteiro.

Relator — Dr. Luiz Rodrigues Viana; requerente José André ou José Rocha — Campina Grande. Francisco Leite de Sáles — Piancó. Francisco Vieira Filho vulgo "Xixi" — Sapé. José Claudino da Silva vulgo "José Grande" — Ingá. Mario Amaral da Luz — Ingá, e José Sival da Silva — Ingá.

Relator — Dr. José Mario Porto; requerente — Anaud Lopes Bezerra — João Pessoa.

Relator — Dr. Presidente; requerentes — Miguel Tranquillino de Sáles — Maguari e Francisco Fernandes da Silva — Sapé.

840 — Livramento condicional. Novo relator — Dr. Está-

EDITAIS E AVISOS

Secretaria das Finanças
Procuradoria do Dominio do Estado

Edital n.º 5

PRIMEIRA CONCORRÊNCIA não examinar o referido tratôr, PUBLICA para a venda de um Departamento da Produção. (1) tratôr "JONH DEERE", 3 — As propostas de tipo G. P. 1934, com o prazo verão ser feitas por escrito, como nome, naturalidade, profissão, nº do edital e residência, em duas (2) vias, devidamente selada a primeira, apresentadas dentro de envelopes fechados e lacrados, com a nota de "RESERVADA", afim de serem julgadas pelo Tribunal da Fazenda.

1 — De ordem do Sr. João Pessoa, 11 de outubro de 1946. Estando, e de acôrdo com as disposições legais vigentes e nos termos do processo nº 3535 46. SAVOP e 15418/46. SF, faço publico pra conhecimento de quem interessar possa, que esta Procuradoria receberá, até ás 17 e 30 horas do dia 27 de out. do corrente ano, propostas para um (1) tratôr "JONH DEERE", tipo G. P. 1934, na base minima de oito mil cruzeiros (Cr\$ 8.000,00).

2 — Os interessados poderão apresentar propostas para NEUSA MACHADO DO AMARAL: — Arquivista.

Visto: — MARIO ANTONIO DA GAMA E MELO: — Procurador.

EDITAL DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAIBA — Faz publico que foi o seguinte o movimento de sua SECRETARIA, durante o mês de setembro de 1946:

CONTRATOS ARQUIVADOS

De — João Le & Filho — Campina Grande — Capital: Cr\$ 70.000,00. Sócios solidários: João Lé dos Santos, com Cr\$ 35.000,00 e Abdias Bastos Lé, com Cr\$ 35.000,00. Gênero de comercio: Gêneros alimentícios, bebidas, louças, etc. Época do balanço: 31 de Dezembro. Duração do contrato: Indeterminada. A firma está registrada.

De — Irmãos Ferreira — João Pessoa — Capital: Cr\$ 5.000,00. Sócios solidários: Oliveira Ferreira, com Cr\$ 2.500,00 e Oswaldo Ferreira, com igual quota. Gênero do comércio: Peças para automoveis e seus acessórios. Época do balanço: 31 de Dezembro. Duração do contrato: Indeterminada.

De — Costa & Feitosa — João Pessoa — Capital: Cr\$ 30.000,00. Sócios solidários: Francisco Rodrigues da Costa, com Cr\$ 15.000,00 e Francisco Alves Feitosa, com igual quota. Gênero do comércio: Beneficiamento de vidros. Época do balanço: 31 de Dezembro. Duração do contrato: Indeterminada.

De — Fabrica de Brinquedeta Co-

mo Tavares; requerente — José Tranquillo Gonçalves — Balthão. Adiado para desempate de votação.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão ás 17 horas.

mêta Ltda — Capital: Cr\$ 70.000,00. Sede: — João Pessoa — Sócios de responsabilidade limitada: Sebastião Vinagre de Medeiros, com Cr\$ 20.000,00; Heitor Medeiros, com Cr\$ 10.000,00 e Sociedade Importadora de Maquinas para Industria Ltda., com Cr\$ 40.000,00.

Gênero do comercio: Fabrica de brinquedos (sua industria). Época do balanço: 31 de Dezembro. Duração do contrato: Indeterminada.

De — Pedro Ribeiro & Cia — Campina Grande — Capital: Cr\$ 1.000.000,00. Sócios solidários: Pedro Vaz Ribeiro, com Cr\$ 500.000,00; João de Sousa Barbosa, com Cr\$ 300.000,00 e Valdete Ribeiro, com Cr\$ 200.000,00. Sócio de industria: Severino Vaz Ribeiro. Gênero de comercio: Descaroçamento e Beneficiamento de algodão em rama, compra e venda de algodão e seus equivalentes. fídoca do balanço: 30 de Junho. Duração do contrato: Indeterminada. A firma está registrada.

De — Oliveira, Monteiro & Cia — João Pessoa — Capital: Cr\$ 5.000,00. Sócios solidários: José Araújo de Oliveira, com Cr\$ 2.000,00; Donato de Oliveira, com Cr\$ 1.500,00 e Fernando Monteiro da Silva, com Cr\$ 1.500,00. Gênero de comercio: Representações e conta propria. Duração do contrato: Indeterminada. Época do balanço: 31 de Dezembro.

De — Batista & Lucena — Campina Grande — Capital: Cr\$ 50.000,00. Sócios solidários: João Batista Dantas, com Cr\$ 35.000,00 e João Pereira de Lucena, com Cr\$ 15.000,00. Gênero do comercio: Drogaria. Duração do contrato: Indeterminada. Época do balanço: 31 de Dezembro.

De — Cunha & Marinheiro — João Pessoa — Capital: Cr\$ 5.000,00. Sócios solidários: Alexina da Cunha Medeiros Guimarães, com Cr\$ 2.500,00 e Nizi Marinheiro, com igual quota. Gênero do comercio: Representações e conta propria. Gênero, digo, Época do balanço: 31 de Dezembro. Duração do contrato: Indeterminada.

De — Sociedade Oleos Vegetais Ltda. — Taboiana — Capital: Cr\$ 500.000,00. Sócios de responsabilidade limitada: Afonso Rique Ferreira, com Cr\$ 200.000,00; Antonio Rosendo de Barros Andrade, com Cr\$ 150.000,00 e Sandoval Carneiro de Almeida, com Cr\$ 150.000,00. Gênero do comercio: Industria de óleos vegetais e subprodutos. Duração do contrato: Indeterminada. Época do balanço: 31 de Agosto.

FIRMAS SOCIAIS REGISTRADAS

De — João Lé & Filho — Cajazeiras — Sócios solidários: João Lé dos Santos e Abdias Bastos Lé. Gênero do comercio: Gêneros alimentícios, bebidas, louças, etc. Época do balanço: 31 de Dezembro. Filiais: Tem uma, á Rua Padre José Tomaz, nº 86. Sócios que podem assinar pela firma: Ambos.

De — Pedro Ribeiro & Cia — Campina Grande — Sócios solidários: Pedro Vaz Ribeiro, João de Sousa Barbosa e Valdete Ribeiro. Sócio de industria: Severino Vaz Ribeiro. Gênero de comercio: descaroçamento e beneficiamento de algodão em rama, compra e venda deste produto e seus equivalentes. Filiais: Não tem Sócios que podem assinar pela firma: Os sócios solidários.

De — Oliveira, Monteiro & Cia — Campina Grande — Sócios solidários: José Araújo de Oliveira, Donato de Oliveira e Fernando Monteiro da Silva. Gênero do comercio: Representações e conta propria. Filiais: Não tem Sócios que podem assinar pela firma: Todos.

De — Batista & Lucena — Campina Grande — Sócios solidários: João Batista Dantas e João Pereira de Lucena. Gênero de comercio: Drogaria. Filiais: Não tem Sócios que podem assinar pela firma: Ambos.

De — B. Maia & Cia. — João Pessoa — Sócios solidários: Benjamim de Farias Maja, Otávio Monteiro Falcão e Carolino da Silva Brito. Gênero do comercio: Peças para automoveis, gasolina e demais

artigos de borracha. Filiais: Não tem. Sócios que podem assinar pela firma: Todos.

De — Cunha & Marinheiro — João Pessoa — Sócios solidários: Alexina da Cunha Medeiros Guimarães e Nizi Marinheiro. Gênero do comercio: Representações e conta propria. Filiais: Não tem. Sócios que podem assinar pela firma: Ambos.

FIRMAS INDIVIDUAIS REGISTRADAS

De — L. Serpa — João Pessoa — Capital: Cr\$ 5.000,00. Gênero de comercio: Representações e conta propria. Nome do responsável: Maria de Lourdes Serpa de Sousa. Filiais: Não tem.

De — Euclides Muniz de Sousa Borges — S. Miguel de Taipú (MAGUARI) — Gênero de comercio: Socorro farmacêutico e suas especialidades. Nome do responsável: O mesmo. Filiais: Não tem. Capital: Cr\$ 5.000,00.

De — P. Pinheiro — Sapé — Capital: Cr\$ 10.000,00. Gênero de comercio: Fabricação de bebidas, inclusive de aguardente, alcool e fabricação de vinagre. Nome do responsável: Paulo Alves Pinheiro. Filiais: Não tem.

De — Francisco Chaves — Monteiro — Capital: Cr\$ 10.000,00. Gênero de comercio: Compra e venda de algodão. Nome do responsável: Francisco Chaves Ventura. Filiais: Não tem.

De — Ezequias Costa — João Pessoa — Capital: Cr\$ 5.000,00. Gênero de comercio: Peças e acessórios para automoveis, combustíveis e lubrificante. Nome do responsável: O mesmo. Filiais: Uma, á Rua Desembargador Trindade, nº 18, nesta Capital.

De — Roberto Gonçalves — João Pessoa — Capital: Cr\$ 50.000,00. Gênero de comercio: Farmácia. Nome do responsável: Roberto Gonçalves de Carvalho. Filiais: Não tem.

ALTERAÇÕES DE CONTRATOS

De — Cesar Ribeiro & Irmãos — Campina Grande — Alteração nº 2.172, de 5.9.946: Elevou o capital para Cr\$ 520.000,00, distribuído da seguinte maneira entre os sócios: Cr\$ 480.000,00 p/lo sócio Cesário Lourenço Vaz Ribeiro; Cr\$ 20.000,00 p/lo sócio Severino Lourenço Vaz Ribeiro e Cr\$ 20.000,00 p/lo novo sócio Hildebrando Vaz Ribeiro. Os lucros e prejuizos apurados em cada balanço a realizar-se no dia 30 de Junho de cada ano, deverão ser partilhados da seguinte forma: 90ºº para o sócio Cesário Lourenço Vaz Ribeiro e 5ºº p/ cada um dos outros sócios. O sócio Hildebrando Vaz Ribeiro retirará, mensalmente, a titulo de pró-labore, a quantia de Cr\$ 1.000,00.

De — Araújo & Cia. — João Pessoa — Alteração nº 2.173, de 5.9.1946: Elevou o capital social de Cr\$ 1.000.000,00 p/ Cr\$ 3.000.000,00, tendo contribuído para essa elevação o sócio João Mineirino de Araújo que eleva a sua quota de Cr\$ 800.000,00 p/ Cr\$ 2.500.000,00 e o sócio Severino Gomes da Silva que eleva a sua quota de Cr\$ 200.000,00 p/ Cr\$ 500.000,00. Foram estabelecidas as seguintes retiradas mensais, pró-labore: Cr\$ 5.000,00 p/ o sócio João Mineirino de Araújo e Cr\$ 4.000,00 p/ o sócio Severino Gomes da Silva. A firma mantém duas filiais, sendo o capital distribuído entre as mesmas da maneira seguinte: Cr\$ 2.400.000,00 p/ a casa matriz em João Pessoa; Cr\$ 400.000,00 p/ a filial em Campina Grande e Cr\$ 200.000,00 para a filial em Guarabira. Ficam extintas e encerradas as transações da filial da cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

De — B. Maia & Cia. Ltda. — João Pessoa — Alteração nº 2.174, de 5.9.46. Retirou-se da sociedade a firma Monteiro, Brito & Cia., na qualidade de sócia quotista, recebendo por saldo do seu capital e lucros a qualquer compromisso e dando aos sócios remanescentes plena e geral quitação de suas contas. A sociedade passou a ser solidária, de responsabilidade limitada, girando, doravante, sob a razão social de B. Maia & Cia., de que poderá fazer uso os atuais sócios remanescentes. A gerência da sociedade competirá ao sócio Benjamin de Farias Maia e, no seu impedimento, assumirá qualquer um dos outros sócios. Fica expressamente proibido o uso da firma em fianças, avais, endossos de favor ou em qualquer transação estranha ao objeto da sociedade. O capital social fica elevado de Cr\$ 100.000,00 p/ Cr\$ 200.000,00 assim distribuído: Cr\$ 100.000,00 p/ o sócio Benjamin de Farias Maia; Cr\$ 50.000,00 p/ o sócio Otávio Monteiro Falcão e Cr\$ 50.000,00 para o sócio Carolino da Silva Brito. Foram estabelecidas as seguintes retiradas mensais pró-labore: Cr\$ 2.000,00 p/ o sócio gerente; Cr\$ 5.000,00 p/ cada um dos sócios Otávio Monteiro Falcão e Carolino da Silva Brito. Os lucros bem como os prejuízos verificados por balanço, serão distribuídos entre os sócios na seguinte proporção: 40% p/ o sócio gerente e 30% p/ cada um dos outros sócios.

De — Cesar Ribeiro & Irmãos — Campina Grande — Alteração nº 2.175, de 5.9.1946: Retirou-se da sociedade o sócio Severino Lourenço Vaz Ribeiro, de comum acordo com os sócios Cesário Lourenço Vaz Ribeiro e Hildebrando Vaz Ribeiro, recebendo por saldo do seu capital e lucros a importância de Cr\$

38.241,50, dando desta maneira plena e geral quitação aos sócios remanescentes, que assumem a responsabilidade do ativo e passivo social da firma em apêço. O capital social permanece o mesmo de Cr\$ 520.000,00, sendo Cr\$ 500.000,00 a quota do sócio Cesário Lourenço Vaz Ribeiro e Cr\$ 20.000,00 a quota do sócio Hildebrando Vaz Ribeiro. Os lucros e prejuízos apurados em cada balanço, serão distribuídos entre os sócios da seguinte maneira: 90% para o sócio Cesário Lourenço Vaz Ribeiro e 10% p/ o sócio Hildebrando Vaz Ribeiro. Foram estabelecidas as seguintes retiradas mensais pró-labore: Cr\$ 4.000,00 p/ o sócio Cesário Lourenço Vaz Ribeiro e Cr\$ 1.000,00 p/ o sócio Hildebrando Vaz Ribeiro.

De — Pedro de Mendonça Furtado & Irmão — Santa Rita — Alteração nº 2.176, de 5.9.1946: Elevou o capital de Cr\$ 300.000,00 p/ Cr\$ 500.000,00, assim distribuído: Cr\$ 350.000,00 p/ o sócio Pedro de Mendonça Furtado e Cr\$ 150.000,00 p/ o sócio Paulo de Mendonça Furtado. Foram estabelecidas as seguintes retiradas mensais pró-labore: Cr\$ 5.000,00 p/ o sócio Pedro de Mendonça Furtado e Cr\$ 2.500,00 p/ o sócio Paulo de Mendonça Furtado. Fica extinta a filial da cidade de Maguari, abrindo-se uma outra filial em Santa Rita, no Bairro Novo do Mercado, à Praça Venancio Neiva, nº 6, continuando a sede da firma nesta mesma cidade acima referida, à Praça Getúlio Vargas, 127. Os referidos estabelecimentos, compreendendo matriz e filial, serão conhecidos pela denominação de "Metro de Ouro".

De — Newton Borges & Cia. — João Pessoa — Alteração nº 2.178, de 12.9.46: Adicionou mais uma cláusula ao seu contrato de constituição, com a seguinte redação: "Em caso de retirada de qualquer um dos sócios importará na imediata dissolução da sociedade, porém, só entrará em liquidação se um dos sócios não deixar assumir o ativo e passivo da firma extinta. Se um dos sócios usar de seu direito de preferência, mandará proceder a um balanço, com assistência do sócio retirante ou seu representante, a fim de apurar-se o capital e lucros deste último, e efetuar-lhe o pagamento, sendo 50% à vista e o restante dentro do prazo de um ano, em prestações mensais".

De — Araújo & Cia. — João Pessoa — Alteração nº 2.179, de 16.9.1946: Abriu uma filial na cidade de Recife, capital do Estado de Pernambuco, à Rua do Apolo, nº 219 e 235, com o mesmo ramo de comércio da casa matriz. O capital social permanecerá o mesmo, de Cr\$ 3.000.000,00, assim distribuído: Cr\$ 2.200.000,00 p/ a casa matriz, em João Pessoa; Cr\$ 400.000,00 p/ a filial em Campina

Grande; Cr\$ 200.000,00 p/ a filial em Guarabira e Cr\$ 200.000,00 p/ a filial em Recife.

De — R. Cavalcanti & Cia. — João Pessoa — Alteração nº 2.180, de 19.9.46: A razão social só poderá ser usada pelos sócios Raul Alves Cavalcanti e Domingos Sorrentino, no que diz respeito à parte comercial. A gerência da sociedade será exercida pelos sócios Raul Alves Cavalcanti e Domingos Sorrentino. Elevou o capital social de Cr\$ 35.000,00 p/ Cr\$ 55.000,00, tendo contribuído para a sua elevação o novo sócio Domingos Sorrentino, e uma quota de Cr\$ 50.000,00. Foram estabelecidas as seguintes retiradas mensais pró-labore: Cr\$ 1.500,00 p/ o sócio Raul Alves Cavalcanti; Cr\$ 500,00 p/ o sócio Rui Alves Cavalcanti; e Cr\$ 1.500,00 p/ o sócio Domingos Sorrentino. Os balanços da firma serão realizados no dia 31 de Dezembro de cada ano. Os lucros ou prejuízos, que se verificarem por balanço, serão divididos ou suportados na seguinte proporção: 48% p/ o sócio Raul Alves Cavalcanti; 29% p/ o sócio Rui Alves Cavalcanti; e 50% p/ o sócio Domingos Sorrentino.

De — F. Caino & Irmão — João Pessoa — Alteração nº 2.181, de 19.9.46: Foi estabelecida uma retirada mensal, pró-labore, de Cr\$ 2.000,00 para cada um dos sócios Feliz Caino e Antonio Caino, a qual prevalecerá a partir de Janeiro do corrente ano.

De — Sousa Campos & Cia. Ltda. — João Pessoa — Alteração nº 2.184, de 23.9.1945: Foram estabelecidas as seguintes retiradas mensais, pró-labore: Cr\$ 1.000,00 p/ o sócio Antonio Almeida Sousa Campos e Cr\$ 500,00 para cada um dos outros sócios Olívio Ribeiro Campos e Raul da Costa Meira. Fica, assim, revogada a cláusula 5ª do contrato de constituição da firma em apêço, que diz respeito às referidas retiradas.

De — Arruda & Cia. — Serrozeirão (Caicara) — Alteração nº 2.185, de 23.9.46: Retirou-se da sociedade, livre e desembaraçada de qualquer compromisso o sócio de indústria João Batista de Arruda, recebendo por saldo de seu capital e importância de Cr\$ 2.571,20, pelo que dá aos sócios remanescentes plena e geral quitação de suas contas. Os lucros bem como os prejuízos verificados por balanço serão divididos entre os sócios na seguinte proporção: 95% p/ o sócio solidário João Arruda Alcanforado e 5% p/ a sócia de indústria Creusa Arruda Alcanforado.

De — Monteiro Brito & Cia. — João Pessoa — Alteração nº 2.187, de 26.9.46: Elevou o capital de Cr\$ 500.000,00 p/ Cr\$ 1.000.000,00, assim distribuído: Cr\$ 500.000,00

p/ o sócio Otávio Monteiro Falcão; Cr\$ 350.000,00 p/ o sócio Carolino da Silva Brito e Cr\$ 150.000,00 para o sócio Newton Nobre Lacerda. Cada um dos sócios Otávio Monteiro Falcão e Carolino da Silva Brito retirará, mensalmente, a título de pró-labore, a quantia de Cr\$ 5.000,00 e o sócio Newton Nobre Lacerda a quantia de Cr\$ 1.500,00.

De — F. Aleixo & Irmão — Campina Grande — Alteração nº 2.188, de 26.9.46: Elevou o capital de Cr\$ 100.000,00 para Cr\$ 120.000,00 assim distribuído: Cr\$ 40.000,00 para o sócio Francisco Aleixo da Silva e Cr\$ 80.000,00 p/ o sócio Manuel Aleixo da Silva.

DISTRATOS

De — Aliança Comercial Importadora Ltda. — João Pessoa — Distrato nº 2177, de 5.9.1946: Cada um dos sócios Antonio Ribeiro Pessoa e D. Arestusa Mesquita Guedes Pereira, desliga-se da sociedade, recebendo a sua quota com que entrou para a formação do capital social, da importância de Cr\$ 50.000,00, cada, deixando de receber lucros por não ter havido. Os sócios ora distratantes declaram que a sociedade não chegou a fazer nenhuma transação comercial e por isso não tem ativo nem passivo.

De — Miranda Henriques & Cia. — João Pessoa — Distrato nº 2.182, de 23.9.46: Retira-se da sociedade a sócia Célia de Miranda Peregrino, recebendo o seu capital de Cr\$ 1.000,00, deixando de receber lucros por não ter havido, ficando desse modo, livre e desembaraçada de qualquer compromisso, que possa advir. A sócia Dagmar de Miranda Henriques declina para efeitos de pagamento de seus fidejussões, que com a dissolução da sociedade, lhe cabe a quantia de Cr\$

1.000,00, correspondente à sua quota de capital, deixando de receber qualquer parcela de lucros por não ter havido. As sócias ora distratantes declaram que a sociedade não tem mais ativo nem passivo e alegam que a firma não chegou a fazer nenhuma transação comercial.

De — Francisco Florêncio & Cia. — Mamanguape — Distrato nº 2.183, de 23.9.46: O sócio José Avila Cavalcanti recebe o seu capital e lucros na importância de Cr\$ 213.904,80 e o sócio Francisco Florêncio da Costa recebe o seu capital e lucros na importância de Cr\$ 169.904,80. O sócio Francisco Florêncio da Costa fica respondendo pelo ativo e passivo da sociedade ora distratada.

De — Fantini & Sorrentino — João Pessoa — Distrato nº 2.186, de 26.9.1946: O sócio Humberto Sorrentino retira-se da sociedade, recebendo o seu capital na quantia de Cr\$ 2.500,00, deixando de rece-

ber lucros em virtude da referida firma não haver realizado nenhuma transação comercial, ficando livre e desembaraçado de qualquer compromisso ou responsabilidade decorrente de participação na firma um aprêço, que ora se dissolve. O socio Normando Mortani Fantini, declara que para efeito de pagamento do selo devido, que os sócios na sociedade importam na quantia de Cr\$ 2.500,00. A firma não tem mais ativo nem passivo.

De — João Machado & Cia. — João Pessoa — Distrato nº 2.189, de 26.9.946: Retirar-se da sociedade, recebendo por saldo do capital a importância de Cr\$ 40.315,00, o sócio João Machado de Araujo, deixando de receber lucros por não ter havido. O ativo e passivo social ficam a cargo exclusivamente do sócio Coriolano Coutinho, que se encarregará da liquidação, sem nenhuma interferência e sem a mínima responsabilidade do sócio João Machado de Araujo.

ALTERAÇÕES DE REGISTRO DE FIRMA

De — A. Batista de Araujo — João Pessoa — Alteração nº 3.072, de 9.9.946: Abriu uma filial à Rua Maciel Pinheiro, nº 206, com o mesmo ramo de comercio de sua casa matriz.

De — Luiz Paulino & Cia. — Taboiana — Alteração nº 3.073, de 9.9.946: Concelou a sua filial da villa de Natuba, municipio de Umbuzeiro, deste Estado.

De — Manuel Guedes Pereira — Areia — Transferiu a sede do estabelecimento comercial da cidade de Areia para esta Capital, á Avenida Cruz das Armas, nº 862, com o mesmo ramo de comercio.

Alteração nº 3.074, de 12.9.46.

De — Djalma Toscano & Cia. — João Pessoa — Alteração nº 3.076, de 19.9.46: Transferiu a sede do estabelecimento comercial para a Av. Guedes Pereira, nº 70, andar, nesta Praça.

De — Coutinho & Cia. — João Pessoa — Alteração nº 3.075, de 10.9.946: Transferiu a sede do estabelecimento comercial para a mesma rua, nº 262, com o mesmo ramo de comercio.

De A. Figueiredo Lima — João Pessoa — Alteração nº 3.077, de 23.9.946: Transferiu a sede do estabelecimento comercial da Rua da Republica, nº 143, para a mesma rua, nº 747.

De — Elisa Rocha — João Pessoa — Alteração nº 3.078, de 23.9.946: Alterou a razão para Elisa Rocha de Azevedo.

De — Roberto Gonçalves — João Pessoa — Alteração nº 3.079, de 26.9.946: Cancelou a firma, na mesma data.

De — M. Florentino — João Pessoa — Tambauzinho — Altera-

ção nº 3.080, de 26.9.46: Eleição o capital para Cr\$ 100.000,00

De — S. B. Araujo — Campina Grande — Alteração nº 3.081, de 26.9.946: Transferiu a sede do estabelecimento para a Rua Presidente João Pessoa, nº 64.

PROCURAÇÕES REGISTRADAS

De — Sociedade Importadora de Máquinas para Industria Ltda. — Registrou uma procuração em favor de D. Angelita de Albuquerque Maranhão, a quem confere amplos poderes para em nome da mesma sociedade, entrar como sócia quotista da sociedade que se constituiu nesta Praça sob a denominação de Fabrica de Brinquedos Comércio Ltda., usando para isso dos necessários poderes para o bom e fiel cumprimento deste mandato.

De — Pedro Fernandes da Silva Guimarães — Registrou uma procuração em favor de sua esposa D. Alexina da Cunha Medeiros Guimarães, para exercer, pessoalmente, a profissão de comerciante.

De — João Machado de Araujo — Registrou uma procuração em favor de D. Severina Soares Negromonte, para o fim especial de requerer e assinar o distrato da firma comercial João Machado & Cia., de que fazia parte a outorgante.

ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE SOCIEDADES ANONIMAS

De — Cia. Usinas São João e Santa Helena S/A — Engenho Central — Arquivou os documentos referentes ao aumento do capital de Cr\$ 18.200.000,00 para Cr\$ 28.000.000,00.

De — Borborema Cia. de Seguros Gerais — João Pessoa — Arquivou um exemplar do Diário Oficial, de 31 de Agosto do corrente ano, que publicou a patente nº 332, expedida pelo Departamento Nacional de Seguros privados de Capitalização do Ministério do Trabalho.

De — A. Barros Comercio de Tecidos S/A. — Campina Grande — Arquivou a ata de sua assembleia geral, realizada em 10 de Agosto do corrente ano.

De — S/A Comercio e Industria de Mineração — Campina Grande — Arquivou um exemplar do Diário Oficial de 31 de Agosto do corrente ano, que publicou nas páginas 12335 e 12336 a cópia autêntica da ata da assembleia geral extraordinária de 16 de Novembro de 1945, devidamente aprovada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral.

De — Shell-Mex Brazil Limited — João Pessoa — Arquivou a ata do Orgão Oficial do Estado, "A União", que publicou na sua edição de 12.9.46, a certidão passada por esta Junta, referente ao

arquivamento do Decreto-lei nº 21.377 e da certidão passada pela Divisão do Registro do Comercio do Rio de Janeiro, a respeito do arquivamento, na referida Divisão, do mesmo Decreto-lei.

Petições despachadas	109
Ofícios expedidos	11
Ofícios recebidos	5
Livros rubricados	96
Folhas rubricadas	12.483
Certidões despachadas	22
Termos de abertura e encerramento	192

Secretaria da Junta Comercial do Estado da Paraíba, 11 de Outubro

MARIA DE LOURDES MORAIS: — Aux. de escritório, cl.

(Visto:) — MAXIMIANO DA FRANCA NETO: — Secretário.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Edital nº 6. Concurso para o cargo de Juiz de Direito. De ordem do exmo. des. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado e de acordo com o atual regulamento de concurso para o cargo de Juiz de Direito, faço publico, para conhecimento dos interessados que, pelo prazo de (30) trinta dias, a contar de primeira publicação deste, achase aberta na Secretaria deste Tribunal, a inserção dos candidatos ao concurso, para preenchimento do cargo de Juiz de Direito da comarca de Brejo do Cruz, atualmente vaga: O pedido de inscrição deverá ser encaminhado á Presidencia do Tribunal, instruido com as provas abaixo enumeradas:

- De ser brasileiro nato;
- de não ter menos de 25 nem mais de 50 anos de idade, salvo hipótese do art. 27 § unico da Organização Judiciária;
- de ser doutor ou bacharel em direito por Faculdade Oficial do País, ou reconhecida;
- De estar quites com as obrigações estatuidas em lei para com a segurança nacional;
- De saúde por atestado de medicos da Saude Publica do Estado;
- folha corrida dos lugares onde residiu nos dois ultimos anos, ou prova de exercicio efetivo de função publica;
- de idoneidade moral e capacidade intelectual, por quaisquer documentos, titulos ou trabalhos.

Deverá juntar ainda oito exemplares impressos ou datilografados, de uma dissertação juridica, escrita pelo candidato especialmente para o concurso. A prova pratica, para a qual

haverá o prazo de cinco horas, será eliminatória, sendo desclassificados os candidatos que obtiverem media inferior a cinco. No requerimento, indicará o candidato todos os lugares em que houver exercido, judicatura, e quaisquer funções publicas. Secretaria do Tribunal de Justiça, em João Pessoa, 15 de Outubro de 1946 — O Secretario: Euripedes Tavares.

DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

Edital — Pelo presente edital fica convidado para no prazo de 20 dias contados da data da primeira publicação deste, a apresentar defesa justificando o motivo porque vem faltando ao serviço por mais de 30 dias consecutivos, o Topografo deste Departamento, João Monteiro de Medeiros, sob pena de demissão por abandono do emprego, de acordo com o Art. 252 e seu paragrafo unico, do Dec. Lei nº 202, de 28 de Outubro de 1941. Serviço de Administração do Departamento de Obras Publicas, em 15 de Outubro de 1946. Francisco Simeão Leal Pereira — Chefe.

Visto: Geraldo Viana — Engenheiro Diretor.

Comarca De Maguari — EDITAL de convocação da 4ª sessão ordinaria do Jurí. — O Dr. Sebastião Sival Fernandes, Juiz de Direito da Comarca de Maguari, Estado da Paraíba, em virtude da lei, etc.

FAZ saber aos que o presente edital de convocação do Juiz, virem, dele notícia tiverem e interessar possa que, designe o dia 20 de novembro próximo vindouro, pelas 11 horas, para abrir a 4ª sessão ordinaria do Jurí, deste ano, a qual trabalhará em dias consecutivos, e que procedendo a sorteio de vinte e um senhores jurados, foram sorteados os seguintes: 1 — João Vicente Ferreira, Caaporá; 2 — José da Costa Baracuhy, Campo; 3 — Severino de Albuquerque Borges, Pedras de Fôgo; 4 — Máximo Pedro do Nascimento, cidade; 5 — Zacarias Batista do Rêgo, Caaporá; 6 — Ivo Rodrigues Chaves, Campo; 7 — Julio Romão dos Santos, Pedras de Fôgo; 8 — João Gomes de Araujo, Una; 9 — Vicente de Sena Brito, cidade; 10 — Hudo Guedes Alcorado, Cobé; 11 — Venancio Joaquim de Oliveira, Una; 12 — João Veloso Correia, Caaporá; 13 — Severino Velloso da Cunha Cavalcanti, Entroncamento; 14 — Antonio Pires Correia, Caaporá; 15 — Germino Lavor de Medeiros, Pedras

de Fôgo; 16 — Pedro José de Sousa, cidade; 17 — Manuel Cavalcanti Torres, cidade; 18 — Severino José de Oliveira, Clabouço; 19 — Joaquim Cavalcanti de Oliveira, Beleza; — 20 — Maria dos Anjos de Lima Feitosa, Espírito Santo; 21 — Antonio Lira, cidade. Faça saber n'ais que na referida sessão hão de ser julgados os réus cujos processos estiverem preparados. A todos e a cada um de persi, convidado a comparecer a 4.ª sessão ordinária do Juri, sob as penas da lei, se faltarem. E para que chegue ao conhecimento de todos mandei passar o presente edital que será afixado no lugar do costume e publicado na "A União" — Órgão Oficial do Estado. Dado e passado nesta cidade de Maguari, aos doze dias do mês de outubro de mil novecentos e quarenta e seis. (12-10-1946). Eu, Nilza Carneiro de Mendonça, escrivã do Juri, o datilografei e subscreevo. Nilza Carneiro de Mendonça, escrivã do Juri. Sebastião Sival Fernandes, Juiz de Direito. Está conforme com o original; dou fé. Data supra. A escrivã do Juri: Nilza Carneiro de Mendonça.

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 20 DIAS: — O dr. Manuel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2ª vara da Comarca da Capital, em virtude da Lei, etc.

Para saber de todos quantos o presente edital de citação com o prazo de 20 dias vierem, ou dele notícia tiverem e interessar possa, que o Juízo foi dirigida uma petição ao dr. Procurador Fiscal do Estado da Paraíba, solicitando a citação de Rodolfo Galvão; Francisco Martins da Silva; Florencio Pereira de Nascimento, Manuel Cavalcanti, José Gomes, João Martins, Henrique Azevedo, Ramiro de Souza Maciel, Antonio Lorio, Miguel de Araujo; além de pagarem incontinenti seus débitos com as Finanças Estaduais, proveniente de impostos de indústria e profissão e não fazendo, proceder-se á penhora em bens quanto bastar para o respectivo pagamento e como tinha os Offícios de Justiça e encarregados das diligencias, certificado estarem os referidos devedores residindo em lugar incerto e não sabido, e, por este Edital, chamo e cito os referidos executados para dentro de 24 horas depois de terminado o Edital, comparecerem no Cartório da Fazenda Estadual, á Avenida General Osório n.º 386, afim de efetuarem os pagamentos, ficando citados para os demais termos da ação. Dado e passado nesta Cidade de João Pessoa, aos 11 dias do mês de outubro de 1946. Eu, Rodrigo Maciel, escrevente autorizado, o datilografei e subscreevo.

Manuel Maia de Vasconcelos — Juiz de Direito da 2.ª Vara. Está conforme com o original, ao qual me reporto e dou fé. O Escrevente autorizado: *Rodrigo Maciel*.

COMARCA DE ALAGÔA NOVA — Edital de Publicação de Sentença Criminal — Faça publico em cumprimento de decisão Judicial para conhecimento dos interessados que por sentença do dr. Juiz de Direito, desta Comarca, datada de trinta e um (31) de agosto do ano em curso, foi condenado o réu Acácio, Odorico Guimarães, como incurso no artigo 129 § 1.º do Código Penal, á pena de quatro (4) anos e meio de reclusão, na taxa penitenciária de Cr\$ 30,00 e nas custas do processo, com as seguintes penas acessórias a) incapacidade para investidura em função pública por sete (7) anos; b) incapacidade para o exercicio de tutela ou curatela por oito (8) anos; c) publicação da sentença na Imprensa Oficial do Estado, em resumo (Cód. Penal, art. 73). E deste modo fica publicada em resumo na forma da lei a sentença.

Alagôa Nova, 12 de outubro de 1946.

O escrivão — *Sebastião Barbosa de Sousa*.

COMARCA DE ALAGÔA NOVA — Edital de Publicação de Sentença Criminal — Faça publico em cumprimento de decisão Judicial para conhecimento dos interessados que por sentença do dr. Juiz de Direito, desta Comarca, datada de dois (2) de abril do corrente ano foram condenados os réus, Antonio Manuel Ferreira e Pedro Messias da Rocha, o 1.º como incurso no artigo 129 § 1.º n.º I do Código Penal, combinados com os arts. 322 e 51 § 1.º, 42 e 44 n.º 2, letras "a", "h" e "j", a pena de três (3) anos de reclusão, na taxa penitenciária de Cr\$ 30,00, com mais as seguintes penas acessórias: a) perda da função publica, isto é, de posto que exercer na Força Policial do Estado; b) incapacidade para investidura em função publica por cinco (5) anos; c) incapacidade para o exercicio da autoridade marital ou do patrio poder, nos termos do art. 69 n.º 2 e seu § unico n.º 2, letra "c"; d) incapacidade pelo prazo de cinco (5) anos, para o exercicio de tutela ou curatela; e) suspensão dos direitos politicos, nos termos do art. 69 n.º 5 e § unico n.º 5 do Código Penal; f) publicação da sentença, nos termos do art. 73 do Cód. Penal; liber-

dade vigiada por um ano, conforme o disposto no art. 94 n.º 6 do mesmo Código. O segundo Pedro Messias da Rocha, como incurso no artigo 129 § 1.º do Código Penal, a pena de dois (2) anos de reclusão, art. esse combinado com os arts. 42 e 44 n.º dois (2), letras "a" e "j" no pagamento de Cr\$ 20,00 de selos penitenciário, decretando a sua liberdade vigiada pelo espaço de um ano nos termos do art. 94 n.º 6 do Código Penal. E deste modo fica publicada em resumo na forma da lei a sentença.

Alagôa Nova, 12 de outubro de 1946.

O escrivão — *Sebastião Barbosa de Sousa*.

COMARCA DE IBIAPINOPOLIS — Edital de citação de herdeiros com o prazo de 60 dias. O doutor Candido Alves da Costa, Juiz de Direito da Comarca de Ibiapinopolis, Estado da Paraíba, na forma da lei, etc.

Faz saber que, tendo sido iniciado, neste Juízo, o arrolamento dos bens deixados por falecimento de Ananias Marques Pereira e sua mulher Severina Maria da Conceição, e, como tenha o inventariante declarado residirem os herdeiros: Percilia Maria da Conceição, Joséfa Maria da Conceição e José Favela Filho e sua mulher Maria Minervina da Conceição, respectivamente na Vila de Tataguassú, e nos lugares Três Irmãs e Caissára do municipio de Campina Grande; Cicero Marques Pereira, no lugar Agude de Dentro do municipio de Cabaceiras, ambos deste Estado, e Maria Puresa de Jesus, na cidade de Taquaritinga do Estado de Pernambuco, pelo presente edital com o prazo de 60 dias, chamo e cito, e hei por citados os mencionados herdeiros para, no prazo de cinco dias, depois de extinto o prazo do edital, dizerem sobre as relações de herdeiros e bens e valores atribuidos a este, apresentadas pelo inventariante, e para assistir nos demais termos do arrolamento e da partilha, até a sentença final, sob as penas da lei. E, para que chegue ao conhecimento de todos, se passou o presente edital que será afixado no lugar do costume e publicado no jornal oficial deste Estado. Dado e passado nesta cidade

de de Ibiapinopolis, aos dez dias do mês de Outubro de mil novecentos e quarenta e seis. Eu, Pedro Ferreira de Souza, Escrivão, o datilografei. (a.) Candido Alves da Costa. Está conforme o original; dou fé. Data supra. O Escrivão: Pedro Ferreira de Souza.

COMARCA DE MONTEIRO — 1.º Cartório. Edital de citação de herdeiros ausentes com o prazo de 60 dias. O cidadão Oscar Feitosa Néves, 1.º suplente de juiz de direito da comarca de Monteiro, etc.

Faz saber aos que o presente edital de citação de herdeiros virem ou dele notícia tiverem que, tendo procedido ao termo de inventariante no arrolamento e partilha dos bens deixados por Felinto Simões de Araujo, situados no lugar Olho Dagua Branco, do distrito de Sumé deste termo, cujo processo corre neste juízo, declarou o arrolante José Felinto de Araujo, acharem-se ausentes os seguintes herdeiros: José Farias Simões, João Farias Simões, Jonas Farias Simões, Manoel Farias Simões, Francisco Farias Simões e Francisca Farias Simões, todos solteiros e residentes na cidade de Recife do Estado de Pernambuco. Pelo que ordenou este juízo a citação dos mesmos por edital, com o prazo de sessenta dias, conforme determina o Código do Processo Civil, a fim de expirado o prazo do edital, dentro em cinco dias dizerem sobre a descrição dos bens e valôr a eles atribuido no referido arrolamento. E para que chegue ao conhecimento dos interessados ordenei que se expedisse o presente que será afixado no local do estilo e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Monteiro, aos onze dias do mês de outubro de mil novecentos e quarenta e seis. Eu, Joventino Vieira dos Santos, Escrevente autorizado, o datilografei e subscreevo. (a.) Oscar Feitosa Néves. Conferido está conforme ao original; dou fé. Data supra. O escrevente: Joventino Vieira dos Santos.

EDITAL DE VENDA EM

HASTA PUBLICA — O Doutor Mário Moacir Porto, Juiz de Direito da Comarca de Bananeiras, na forma da lei, etc.

Faz saber a todos quantos o presente edital de venda em hasta publica virem, ou dele noticia tiverem e interessar possa, que o porteiro dos auditórios, ou quem suas vêzes fizer, levará a publico pregão de venda em hasta publica e arrematação, em praça publica, no Forum, a rua Cel. Antônio Pessoa, nesta cidade, no dia quatro (4) de Novembro próximo, a metade de uma propriedade de terras agricolas, medindo mais ou menos sete (7) quadros de cinquenta braças, tendo a dita propriedade de mais ou menos duas (2) cincoenta braças de pedras, com limites certos, situada no lugar "Jabacatiá", desta Comarca, cuja propriedade foi avaliada na importancia de sete mil e trezentos cruzeiros (Cr\$ 7.300,00), com uma casa de tijolos crus e têlhas uma outra casa menor de taipa e têlhas, de propriedade do executado João Pereira de Lima, conforme despacho exarado ás folhas 31, verso, dos autos de uma ação executiva de cobrança, movida neste Juizo por Vital Pereira de Lima, contra João Pereira de Lima. Dado e passado nesta cidade de Bananeiras, aos 19 de setembro de 1946. Eu, Orvandil Montenegro, escrevente o datilografei e subscrevi. Orvandil Montenegro, Escrevente. (a.) Mário Moacir Porto. Era o que se continha em dito edital aqui fielmente copiado do original. Dou fé. Data supra. Orvandil Montenegro, escrevente.

EDITAL de venda em hasta publica com o prazo de vinte (20) dias — O Dr. Darci Medeiros, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Campina Grande, na forma da lei, etc.

FAZ saber a todos quanto o presente edital de venda em hasta publica com o prazo de vinte (20) dias, virem ou dele noticia tiverem e interessar possa que no dia nove (9) de novembro, próximo vindouro, ás quatorze (14) horas, no Forum deste Juizo, sito á Avenida Floriano Peixoto, no prédio da Recebedoria de Rendas, desta cidade, o porteiro dos auditórios,

deste Juizo, ou quem suas vezes fizer trará ao publico pregão, quem mais der ou maior lance oferecer uma parte de terra no lugar "Pedra d'agua", ou Campinotes, do distrito de Ipuarana, deste Município, medindo aproximadamente cincoenta (50) quadros de 50 braças, limitando-se ao norte, com Manuel Gomes, ao nascente com Cristino Basílio, ao sul, com Inácio Bezerra, e ao poente com Gercina de tal, tendo como benfeitorias, uma casa de tijolos e têlhas, tendo uns tanques, um barreiro, e alguns roçados, que foi avaliado por vinte e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 25.000,00), bens estes para pagamento das custas e impostos, do espólio pertencente a João Targino Moreno, e para que chegue ao conhecimento de todos mandou passar o presente edital que será afixado no local do costume e publicado no Organ Oficial do Estado, na forma da lei, etc. Dado e passado nesta cidade de Campina Grande, aos 12 dias do mês de outubro de 1946. Eu, Eunice Guimarães dos Santos, escrevente o datilografei e assino. A Escrevente Eunice Guimarães Santos. (as.) Darci Medeiros. Está conforme com o original; dou fé. A Escrevente: Eunice Guimarães dos Santos.

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE TRÊS (3) DIAS — (Falência de Valdomiro Ibrahim) — O Dr. Darci Medeiros, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Campina Grande, em virtude da lei, etc.

FAZ saber a todos quantos esse edital de citação de ausência com o prazo de tres (3) dias virem, ou dele noticia tiverem e interessar possa, que a este Juizo foi dirigida a petição do teor seguinte: Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Campina Grande; J. Jaron & CIA. LTDA., sociedade por quotas de responsabilidade limitada, estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, á rua da Alfandega, n.º 109, com o negócio de artigos de armarinho em geral e por atacado, com a firma devidamente registrada (Cópia Fotostática anexa), sendo credora de Valdomiro Ibrahim, comerciante estabelecido nesta cidade á Rua Neiva, n.º 326, e então á Rua Monsenhor Sales n.º 72, da quantia de Cr\$ 4.792,00 (Quatro mil e setecentos e noventa e dois cruzeiros), proveniente da venda de mercadorias conforme as inclusas Duplicatas, já vencidas, protestadas e não

pagas, requer a v. Excia., por seu advogado e procurador bastantes infra assinado, com fundamento no artigo 1.º do Dec. Lei n.º 21 de Junho de 1944, e com o pedido de falência, se digne de, nos termos do § 1.º do artigo 11 do prefalado decreto, mandar citar o mencionado devedor para, v. Excia., a falência do referido comerciante devedor, em não apresentando relevante razão de direito, que justifique a falta de pagamento das inclusas Duplicatas. Juntando tres titulos de divida liquida e certa devidamente protestados, a certidão do registro da firma requerente e a procuração bastante regularmente substabelecida, bem como com o valor de Cr\$4.792,00, — P. Deferimento. — Campina Grande, 12 de Outubro de 1946. (a) José de Souza Arruda. E como o devedor não tenha sido encontrado, conforme portou por fé o official de Justiça encarregado da diligência, foi proferido pelo Dr. Juiz da 2.ª Vara, nos respectivos autos, o despacho do teor seguinte: Cite-se o devedor por edital com o prazo de três (3) dias, publicado na forma da lei, para que apresente sua defesa no prazo de 24 horas. Campina Grande, 15-X-46. D. Medeiros.

E em virtude do meu despacho acima transcrito, o escrivão competente fez passar o presente edital de citação, com o prazo de três dias, com o teor do qual cita o devedor Valdomiro Ibrahim — para apresentar sua defesa no prazo de 24 horas.

Para que chegue ao conhecimento de todos, mandou afixar este edital no lugar do costume e publicar no Diário Oficial do Estado, na forma da lei.

Dado e passado nesta cidade de Campina Grande, em 15 de outubro de 1946. Eu, Fernando Santos, Escrivão, datilografei e assino. O Escrivão: Fernando Santos. (a.) Darci Medeiros. Data supra. Está conforme com o original ao qual me reporto: dou fé. O Escrivão: Fernando Santos.

(COPIA) — Comarca de Santa Rita — Edital de venda e arrematação em hasta publica — O Doutor Carlos Teixeira Coutinho, Juiz de Direito da Comarca de Santa Rita, em virtude da lei, etc.

Faz saber aos que o presente edital de venda e arrematação em hasta publica virem, ou dele noticia tiverem, que no dia

25 do corrente, ás 14 horas, na sala das audiências deste Juizo, o porteiro dos auditórios, ou quem legalmente o substituir, trará a publico pregão de venda e arrematação, a quem mais dêr e maior lance oferecer, os bens abaixo declarados, penhorados a Francisco Guimarães, na Ação de Acidente no Trabalho, entre partes, como empregador o referido Francisco Guimarães e empregado Miguel Francisco de Sales, os quais são os seguintes: Três (3) vacas paridas, raçadas de zebu com taurino, avaliadas por Cr\$ 2.500,00, cada uma; uma (1) vaca soiteira, malhada de preto e branco, avaliada por Cr\$ 1.000,00, somando tudo Cr\$ 8.500,00. E quem nos mesmos quizer lançar, compareça neste Juizo, no dia, hora e local acima designados. E para que chegue ao conhecimento de todos, mandei expedir o presente edital que será publicado e afixado legalmente. Dado e passado nesta cidade de Santa Rita, aos quatorze (14) dias do mês de outubro de mil novecentos e quarenta e seis (1946). Eu, Manoel Bento Sobrinho, Escrevente Compromissado, o datilografei e subscrevi (a) Carlos Teixeira Coutinho. Conforme com o original; dou fé. O Escrevente: — Manoel Bento Sobrinho.

EDITAL DE PRAÇA DE VENDA E ARREMATACÃO COM O PRAZO DE 20 DIAS. — 2.ª CARTORIQ — O Doutor Manoel Simplicio Paiva, Juiz de Direito da Comarca de Mamanguape, em virtude da lei, etc. — Faz saber a todos quantos o presente edital de venda e arrematação com o prazo de vinte dias virem, dele noticia tiverem e interessar possa que aos cinco dias do mez de novembro próximo, ás dez horas, o porteiro dos auditórios deste Juizo, ou quem suas vezes fizer, trará á porta da sala das audiencias, no edificio do Forum, desta Comarca, a quem mais der e maior lance oferecer, um sexto (6) da propriedade "LAGOA DA PRAIA", do distrito de Rio Tinto, desta Comarca, com todas suas benfeitorias existentes e constante de 800 coqueiros frutiferos e 200 infrutiferos, casa de farinha e duas de morada construida de taipa e têlhas, situada na mesma propriedade, que estima em Cr\$ 10.000,00, havida por falecimento de Germina Maria da Conceição, Maria Germina da Conceição, pertencente ao espólio do falecido

Antonio José Martins, vinda á hasta publica para pagamento do imposto e herança, selos e custas devidos no respectivo inventario. E para que a noticia chegue ao conhecimento de todos e de quem interessar, possa, mandou passar o presente edital que será afixado á porta da sala das audiencias e publicado na imprensa Oficial do Estado. "A União", na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Mamanguape, aos onze dias do mez de outubro do ano de mil novecentos e quarenta e seis. Eu, Valdeci Cavalcanti de Lima, escrevente autorizado, o datilografei. (a) Manoel Simplicio Paiva, Juiz de Direito. Conforme com o original; dou fé. Eu, Valdeci Cavalcanti de Lima, escrevente autorizado, datilografei a presente cópia, que dato e assino.

Mamanguape, 11 de outubro de 1946.

VALDECI CAVALCANTI DE LIMA: — Escrevente autorizado.

EDITAL — Venda e leilão com o prazo de 15 dias — O Doutor Josué Clemente de Farias, Juiz de Direito da Comarca de São João do Cariri, na forma da lei, etc.

Faz saber aos que o presente edital virem, ou dele noticia tiverem e interessar possa, que no prazo de quinze (15) dias, e no dia 22 do corrente mês, ás 14 horas, á porta do edificio do Forum, pelo porteiro dos auditórios, Israel Pereira de Sousa, serão levados a leilão, quem mais der e maior lance oferecer os animais sequestrados de Jehu Cantalice de Queiroz, na ação Executiva de Penhor Pecuário, que neste Juizo move contra o mesmo Jehu Cantalice de Queiroz, o Banco do Brasil S/A, Agencia na cidade de Campina Grande, deste Estado, que são os seguintes: 1 (uma) touro rubim, 1 (uma) vaca cinzenta, alojada, 1 (uma) vaca lavrada, com um bezerro vermelho, 1 (uma) novilha fusca, 1 (uma) novilha vermelha amojada, 1 (uma) vaca alvação, 1 (uma) vaca alvação parida com um (1) bezerro vermelho, 1 (uma) novilha raposa, 1 (uma) vaca vermelha bargada, 1 (uma) vaca preta, 1 (um) garrote fusco, 1 (uma) vaca preta bargada, 1 (um) garrote azulado, 1 (uma) vaca mestiça, 1 (uma) vaca lisa bargada, 1 (uma) garrota lisa vermelha, 1 (um) garrote branco, 2 (dois) garrotes mestiços, 1 (um) bezerro liso, 1 (uma) vaca preta

solteira, 1 (uma) bezerra vermelha, 1 (uma) vaca lisa, solteira, 1 (uma) garrota vermelha, 1 (uma) vaca azulada com e (um) garrote mestiço, 1 (um) cavalo de cor cardan, 1 (um) burro preto e um couro de uma novilha e dois de garrotes. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, mandei passar o presente que será afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de São João do Cariri, 11 de outubro de 1946. Eu, Nivaldo de Farias Brito, Escrivão que o datilografei e subscrevi. (ass.) Josué Clemente de Farias. Conforme o original; dou fé. Dats supra. O Escrivão: Nivaldo de Farias Brito.

COPIA — Comarca de Serraria. Edital de intimação de sentença ao réu auzente José Pereira Bezerra, conhecido por "Cazuza", pelo prazo de noventa dias (90) O Dr. Lucas Vilar Suassuna, Juiz de Direito da Comarca de Serraria, do Estado da Paraíba, em virtude da lei, etc.

Faz saber a todos quanto o presente edital de intimação de sentença pelo prazo de noventa (90) dias virem, ou dele noticia tiverem e interessar possa, que tendo sido promovida neste Juizo, pela Justiça Publica desta Comarca, os termos de uma Ação Penal contra José Pereira Bezerra, conhecido por Cazuza, brasileiro, solteiro, com 23 anos de idade, filho de Florencio Pereira Bezerra e Sinézia Pereira de Lima, natural deste Estado e residente nesta Cidade, tabendo ler e escrever, foi, afinal, dito réu condenado por este Juizo, nos termos da sentença, cuja parte final tem o teor seguinte: " Considerando finalmente tudo isto, e mais que dos autos consta, principios de direitos applicaveis á especie, e tendo em consideração o parecer do Representante do Ministério Publico, julgo procedente a denuncia de fls. 2, para o fim de condenar, como condeno, o réu José Pereira Bezerra, já qualificado, á pena de quatorze (14) meses de detenção, gráu máximo do art. 129 do Código Penal, com o aumento de um sexto (1/6), na forma do art. 51, § 2.º do referido Código, reconhecida que foi a agravante de motivo futil e dada a ausência de atenuante, além do pagamento da taxa penitenciária de vinte cruzeiros (Cr\$ 20,00). Designo a Cadeia Publica desta Cidade, para o cumprimento da pena, e arbitro a fiança em quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00). no caso de ser interposto recurso cabivel. O escrivão lance o

nome do réu no "Ról dos Concluidos", e expeça contra o mesmo mandado de prisão em duplicata, com a declaração da fiança arbitrada. Custas pelo réu. P. I. e R. a parte final. Remeta-se a quem de direito, no momento oportuno, o boletim individual de fls. 17, devidamente preenchido. Esta sentença foi por mim datilografada, e vai devidamente datada, rubricada e assinada, no prazo da lei. Serraria, 30 de setembro de 1946. (a) Lucas Vilar Suassuna, Juiz de Direito." Expedido o mandado, certifiquei o official de justiça encarregado das diligencias não haver encontrado o réu para ser intimado, pelo que, vindo-me os autos conclusos, ordenei fosse o dito réu intimado por Edital, pelo prazo de noventa (90) dias, na forma da lei, pelo que chamo e intimo o referido denunciado, pelo presente, e hei por intimado do teor da referida sentença. E para que a noticia chegue ao conhecimento de todos, mandei passar o presente, pelo prazo de noventa (90) dias, que será afixado no lugar de costume e publicado na "A União", na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Serraria, aos nove dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e quarenta e seis. Eu, Severino Cavalcanti, escrivão, o subscrevi. (a) Lucas Vilar Suassuna, Juiz de Direito". Conforme com o original; data supra; dou fé. O escrivão: Severino Cavalcanti

EDITAL de venda em hasta publica, com o prazo de 20 dias — O doutor Josué Clemente de Farias, Juiz de Direito da Comarca de São João do Cariri, na forma da lei, etc.

FAÇO saber a todos quanto o presente edital de venda em hasta publica virem, ou dele noticia tiverem e interessar possa, que o porteiro dos auditórios, deste Juizo, no dia onze (11) de novembro, ás 14 horas, em frente ao edificio do "Forum", desta Comarca, trará a publico pregão de venda em hasta publica, quem mais der e maior lance oferecer, a propriedade denominada "Riacho da Roça", do distrito do Congo, desta Comarca, com suas terras, um agude ainda por terminar, dois rocados enraizados de algodoeiros e oitenta mil pés de palma, mais ou menos, uma casa construida de tijolos, uma casa construida de taipa, coberta de telhas, um curral de madeira, um curral de pedras e três mangas, com os limites seguintes: ao nascente com terras de Higino Deodato ao poente,

com terras de "Caicara": ao norte, com terras de "Mulungú"; e ao sul, com terras de "Juá"; penhorada a Leandro Coelho de Lemos, em uma ação que lhe move o Banco do Brasil S/A, de Campina Grande. E para que chegue ao conhecimento de todos, mandei passar o presente edital que será publicado no Orgão Oficial do Estado, "A União" e afixado na forma da lei. Dado, e passado nesta cidade de São João do Cariri, em onze (11) de outubro de 1946. Eu, Manuel Bulcão da Silva, escrivão, o escrevi. (a.) Josué Clemente de Farias. Está conforme o original; dou fé. São João do Cariri, 11 de outubro de 1946. O Escrivão: Manuel Bulcão da Silva.

EDITAL de arrematação com o prazo de 20 dias — O doutor Josué Clemente de Farias, Juiz de Direito da Comarca de São João do Cariri, na forma da lei, etc.

FAÇO saber a todos quanto o presente edital virem, dele noticia tiverem e interessar possa, que no dia dezoito (18) de novembro, ás 14 horas, em frente ao edificio do Forum, nesta cidade, pelo porteiro dos auditórios, Israel Pereira de Sousa, serão vendidos quem mais der e maior lance oferecer, os animais sequestrados a Leandro Coelho de Lemos, na Ação de Penhor Pecuário, que neste Juizo move contra o mesmo, o Banco do Brasil S/A, de Campina Grande, os quais são os seguintes: Duas vacas paridas com os bezerras, dez vacas solteiras, doze novilhos, quatro garrotes, seis garrotas, cinco boiotos, dois novilhotes, um produtor de tamanho regular, um cavalo rudado de tamanho regular e uma egua rudada de tamanho regular. E para que chegue ao conhecimento de todos interessados, mandei passar o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de São João do Cariri, em 11 de outubro de 1946. Eu, Manuel Bulcão da Silva, escrivão, o escrevi. (as.) Josué Clemente de Farias. E mais se não continha; dou fé. São João do Cariri, onze (11) de outubro de 1946. O Escrivão: Manuel Bulcão da Silva.

COMARCA DE CAMPINA GRANDE — 1.ª Vara — Edital de venda em hasta publica com o prazo de 20 dias. O Dr. Antônio Gabinio da Costa Machado, Juiz de Direito da 1.ª Vara

da Comarca de Campina Grande, na forma da lei etc.

Faz saber a todos quantos o presente edital de hasta publica virem, com o prazo de 10 dias ou dele conhecimento tiverem, que no dia 17 de Outubro proximo, ás 10 horas, nos curraes desta cidade, o porteiro dos auditórios deste juízo, trará a venda em hasta publica, a quem mais dê e maior lance oferecer, além da avaliação, um touro gaserat, de 6 anos de idade, com 16 arrobas mais ou menos, e que foi penhorado na ação executiva proposta por Francisco Freire de Figueirêdo contra João Severino Neto. Touro esse avaliado por Cr\$ 1.500,00. Quem dito touro quiser arrematar compareça no local dia e hora acima mencionados. E para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se este edital que será afixado no local do costume e publicado no jornal oficial. Dado e passado nesta cidade de Campina Grande, em 26 de Setembro de 1946. Eu, Maria da Conceição Tavares, Escrivã Int. o datilografeei e assino. A Escrivã Int. Maria da Conceição Tavares. Antonio Gabínio. Conforme com o original. Data supra. A Escrivã Int. Maria da Conceição Tavares.

COMARCA DE CAMPINA GRANDE — 1.ª Vara — EDITAL de venda em hasta publica com o prazo de 20 dias — O Dr. Antonio Gabínio da Costa Machado, Juiz de Direito da 1.ª Vara da Comarca de Campina Grande, na forma da lei, etc.

FAZ saber a todos quantos o presente edital de hasta publica virem, com o prazo de 20 dias ou dele conhecimento tiverem, que no dia 7 de novembro proximo vindouro, ás 14 horas, nesta cidade, á porta do edificio do Forum, o porteiro dos auditórios deste Juízo, trará a venda em hasta publica, a quem mais dê e maior lance oferecer o seguinte bem separado para pagamento do imposto e custas do inventário dos bens deixados por falecimento de João Francisco do Bú: um terreno medindo 27 palmos de frente, por 150 ditos de fundos, no lugar Passa-Tempo, suburbio desta cidade, limitando-se: ao poente, com a estrada de ferro e aos demais lados com o vendedor, tendo uma casa de tijolos e telhas, de porta e duas janelas de frente, e avaliado por Cr\$ 4.000,00. Quem dito bem quiser arrematar compareça no local, dia e

hora acima mencionado. E para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se este edital que será afixado no local do costume e publicado no jornal oficial. Dado e passado nesta cidade de Campina Grande, em 19 de outubro de 1946. Eu, Maria da Conceição Tavares, escrivã int. o datilografeei e assino. A Escrivã int. Maria da Conceição Tavares. Antonio Gabínio. Conforme com o original, data supra; dou fé. A escrivã int. Maria da Conceição Tavares.

EDITAL DE LEILÃO — DE ordem do Dr. Juiz de Direito da 1.ª Vara da Comarca de João Pessoa. faço saber a todos quantos o presente Edital de Leilão virem, que no proximo dia 31 do corrente, ás 14 horas no Cartório do 5.º Ofício á Av. General Osório, 386, o Escrivão que esta subcreve ou quem suas vezes fizer, trará a publico preço de venda a quem mais der e maior lance oferecer, além do respectivo

ANUNCIOS DIVERSOS

COMPANHIA PARAIIBA DE CIMENTO PORTLAND S. A.

Assembléia Geral Extraordinária

Pelo presente são convocados os senhores acionistas da Companhia Paraiiba de Cimento Portland S/A para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, na sede social, á Avenida Alfrêdo Dolabela Portela, sem numero, nesta Capital, no dia 25 de Outubro de 1946, ás 14 horas, para tomarem conhecimento, deliberarem e votarem sobre a seguinte ordem do dia: a) alteração dos estatutos sociais na parte referente á administração da sociedade, para criação de mais um cargo de administrador; b) eleição para preenchimento do novo cargo.

João Pessoa, 16 de Outubro de 1946.

Ladislau L. de Katinsky.

AVISO A' PRAÇA

Tendo se extraviado o original do conhecimento n.º 4, refe-

preço determinado pelo mesmo Juiz, 12 mil metros (12.000m) de lenha em tóros da propriedade "UTINGA" deste Municipio, pertencente ao espolio de João Viriato Ribeiro a qual vai a hasta publica para pagamento de dividas descritas, taxa de herança, e custas do referido inventario. E para que chegue a noticia ao conhecimento de todos, passo o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado pela Imprensa Oficial. Dado e passado nesta Cidade de João Pessoa, aos 15 dias do mez de Outubro de 1946. Eu, Damasio Franca — escrevente autorisado, o escrevi e subcrevo. — Damasio Franca — O escrivão do feito.

Está conforme com o original, dou fé. — O escrivão do feito. Damasio Franca.

rente ao embarque de 300 sacos contendo farinha de trigo, embarcados pela "Maple Leaf Willing Co. Ltda. Inc.", de New York (E.E. U.U.), marca L. F., para Cabedelo, pelo vapor americano *Berkeley Victory*, entrado em 28-10-1946, pesando 15.000 quilos, consignados a ORDEM e notificado a LOURIVAL FREIRE, venho com o presente aviso dar ciência que farei a entrega dos citados volumes, se não houver quem possa apresentar reclamação contra esse ato, á firma LOURIVAL FREIRE, estabelecida a Rua 5 de Agosto, 125, nesta Capital, de acordo com os decretos números 19472 de 10 de Outubro de 1933 e 19754 de 10 de Janeiro de 1931 do Governo Federal.

I. Pessoa, 15 de Outubro de 1946.

(a) CLODOMAR GOMES GUIMARAES, pp — Basileu Gomes — Agente da Moore Mc Cormack Lines, Inc.

AO COMÉRCIO E A QUEM INTERESSAR POSSA

Milton Gonçalves, estabelecido em Campina Grande, á rua Presidente João Pessoa, 738, tendo vendido aos srs. Cicero Claudino & Filhos, o "Moinho Pilar", de sua propriedade, convida a todos quantos se jul-

garem com direitos a reclamar, a se apresentarem no referido endereço, dentro do prazo máxima de seis (6) dias, a contar da primeira publicação deste aviso.

Campina Grande, 24 de setembro de 1946.

Confirmo: Milton Gonçalves, Confirmamos: Cicero Claudino & Filhos.

Assembléia Geral Extraordinária da Cooperativa "Caixa Rural de Tabaiiana" de Responsabilidade Ilimitada

3.ª CONVOCAÇÃO

Em virtude de não ter havido numero suficiente de Associados para ser levada a efeito a Assembléia de 2.ª Convocação do dia 14 (quatorze), deste mês. Ficam convidados todos os Associados da Cooperativa "Caixa Rural de Tabaiiana" de Responsabilidade Ilimitada, para uma reunião de Assembléia Geral Extraordinária, em terceira Convocação que se realizará no dia 20 (vinte) do corrente mês e ano, ás 10 horas em sua sede social á Avenida Presidente João Pessoa, n.º 207, nesta cidade, com o fim de reformar os seus Estatutos Sociais, transformando a Sociedade em uma Sociedade de Responsabilidade Limitada, adaptando-a ao Decreto-Lei Federal n.º 22.239, de 19-12-1932 e Lei n.º 581, de 1.º de agosto de 1938, revigorados pelo Decreto-Lei Federal n.º 8.401, de 19-12-1945.

Tabaiiana, 15 de outubro de 1946.

Delmiro Borba de Araujo — Presidente.

Visto: Edgardo Soares — Diretor D.A.C.

CONSELHO RODOVIÁRIO

Aviso

O Eng.º José Gonçalves de Carvalho Melo, Presidente do Conselho Rodoviário, no exercicio dessa funções, convoca para a próxima quarta-feira — 23 do corrente — ás 10 horas no Gabinete do Secretário da Agricultura a primeira sessão ordinária do Conselho, para a qual ficam convidados os respectivos membros.

João Pessoa, 18 de outubro de 1946.

José Gonçalves de Carvalho Melo.